



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ROSA DELMINA CASTRO CASTANHO CORREIA

Estudo comparativo: Unidade Letiva *Ecologia e Valores* do programa de Educação Moral e Religiosa Católica e *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* do programa de Cidadania e Desenvolvimento

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

**Braga
2019**

“– Os homens da tua terra – disse o príncipezinho – plantam cinco mil rosas no mesmo jardim... E, mesmo assim, não descobrem aquilo de que andam à procura...

– Pois não descobrem... – respondi eu.

– Mas podiam descobrir aquilo de que andam à procura numa única rosa ou num único gole de água.

– Pois era – respondi eu.

E o príncipezinho acrescentou:

– Mas os olhos são cegos. Deve-se é procurar com o coração”.

Antoine de Saint-Exupéry, *O Príncipezinho*

AGRADECIMENTOS

Chegou ao fim uma das etapas mais gratificantes do meu percurso académico pela Universidade Católica Portuguesa, especificamente na Faculdade de Teologia, em Braga.

Deixo o meu agradecimento a todos, os que me acompanharam, ajudaram e incentivaram em todo este processo formativo.

À Professora Doutora Maria Isabel Pereira Varanda, pela orientação, dedicação, motivação, atenção e compreensão durante todo este processo. Por ter sido tão prestável, compreensível e pelos ensinamentos sempre motivadores e construtivos.

Aos restantes professores universitários, pelas aprendizagens que proporcionaram o meu desenvolvimento profissional.

Ao professor Gastão Veloso, pelos conselhos, disponibilidade e por ter acreditado no meu trabalho.

Aos alunos da turma do 8.º ano pela forma harmoniosa como me receberam durante a realização da Prática de Ensino Supervisionada, todos os dias, assim como a amabilidade e o carinho.

Aos meus pais, João e Rosa que sempre acompanharam bem de perto todas as minhas conquistas, pelo encorajamento e pelas palavras que precisava de ouvir nos momentos mais difíceis. Por acreditarem em mim e me terem dado asas para voar.

Ao meu marido, Fábio, pelas palavras de conforto em momentos de desilusão, pela paciência, pelo carinho e cumplicidade.

Aos meus colegas de estágio, Carla, Cláudio e Orlando, agora amigos, por todas as partilhas, gargalhadas e abraços de consolo. Obrigada pela amizade e por todos os momentos partilhados, são memórias que certamente não vou esquecer.

Todos contribuíram, de uma ou de outra forma, para o meu enriquecimento académico e como pessoa.

ÍNDICE

RESUMO	6
ABSTRAT	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – RELAÇÃO ENTRE AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	10
1. Educação Moral e Religiosa Católica: contextualização, aprendizagens, operacionalização e perfil dos docentes	10
2. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania: contextualização, aprendizagens, operacionalização e perfil dos docentes	16
3. Pontos convergentes/ divergentes entre as disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica e a Educação para a Cidadania	22
CAPÍTULO II – ESTUDO COMPARATIVO: UNIDADE LETIVA <i>ECOLOGIA E VALORES</i> E O DOMÍNIO <i>EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	27
1. <i>Ecologia e Valores: contextualização de uma unidade letiva</i>	27
<i>1.1. Exploração dos conceitos e referência a documentos do Magistério da Igreja</i>	27
<i>1.2. Aprendizagens Essenciais do 8.º ano de escolaridade, do 3.º ciclo do ensino básico, na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica</i>	32
<i>1.3. Operacionalização das Aprendizagens Essenciais na Unidade Letiva Ecologia e Valores</i>	36
2. <i>Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: contextualização de um domínio</i>	38
<i>2.1. Enquadramento da Educação Ambiental para a Sustentabilidade no Currículo Nacional</i>	38
<i>2.2. Organização e estrutura do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade</i>	40

3. Pontos convergentes/ divergentes entre a unidade letiva <i>Ecologia e Valores</i> e o domínio <i>Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável</i>	47
CAPÍTULO III – PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA DA UNIDADE	
LETIVA <i>ECOLOGIA E VALORES</i>	53
1. Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	53
2. Caraterização dos alunos do 8.º ano de escolaridade	55
3. Caraterização dos alunos da turma 8.º 1.ª	56
4. Planificação e descrição das aulas	57
<i>4.1. Aula 1 – O mundo é a nossa casa</i>	
<i>Conceito de Ecologia</i>	58
<i>4.2. Aula 2 – Ação humana sobre a natureza</i>	
<i>Papa Francisco e a Carta Encíclica Laudato Si</i>	59
<i>4.3. Aula 3 – São Francisco de Assis</i>	60
<i>4.4. Aula 4 – Jogo de Memória: Ecologia e Valores</i>	61
<i>4.5. Aula 5 – Instituições de defesa da natureza</i>	61
5. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada	67
CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	75

RESUMO

No presente relatório pretende-se comparar a unidade letiva *Ecologia e Valores* ao domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. A unidade letiva integra o programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, o domínio diz respeito à disciplina de Educação para a Cidadania. Numa análise comparativa, procura-se encontrar quer os pontos convergentes quer os divergentes da unidade letiva e do domínio, com o objetivo de fazer uma proposta de inclusão dos temas de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* nos conteúdos da *Ecologia e Valores*. Apresenta-se, ainda, a planificação da unidade letiva *Ecologia e Valores*, do 8.º ano de escolaridade.

Palavras-Chave: Ecologia, valores, Educação Moral e Religiosa Católica, Educação para a Cidadania, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This report aims to compare the *Ecology and Values* teaching unit with the *Environment Education and Sustainable Development* domain. The former integrates with the course program Catholic Religious and Moral Education, the latter, to the discipline of Education for Citizenship. In a comparative analysis, the objective is to find the converging and the diverging characteristics between the teaching unit and the domain. The intended result, is to propose a new theme inclusion in the domain of Environment *Education and Sustainable Development* in the schooling unit of *Ecology and Values* which belongs to the 8th grade. It is presented also the planification of *Ecology and Values*.

Keywords: Ecology, Values, Catholic Religious and Moral Education, Education for Citizenship, Environment Education and Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

O ser humano habita o único local no universo onde a vida humana é possível e é confrontado com sérios problemas ambientais, à escala global, consequentes da sua própria atividade económica, do seu estilo de vida e da busca incansável das suas necessidades.

As mudanças das necessidades humanas, com a evolução da ciência e da tecnologia, conduziram a comportamentos e estilos de vida baseados no consumo, na posse, na riqueza e no poder. A humanidade tornou-se exageradamente consumista o que proporcionou, por exemplo, ao consumo excessivo dos recursos naturais. De um modo muito mais rápido do que seria de esperar, enfrenta-se a incerteza no futuro da vida humana, no planeta Terra.

Assustada a humanidade vai tomando consciência, muito lentamente, que tem de suportar com as consequências desse consumo excessivo de bens.

Mas... do que se está à espera? Porquê tanta inércia? Porque se chegou à diminuição do volume de água potável, ao efeito de estufa, às secas, às doenças, à erosão e esgotamento dos solos? Será que o ser humano vai a tempo de alterar esta situação aparentemente insustentável?

Os cientistas afirmam que a humanidade vivencia a era do Antropoceno, era em que o planeta Terra talvez já não vá a tempo de se refazer dos desgastes sofridos pela influência do ser humano. Parece, pois, que será de repensar a forma de consumo, do ter e do possuir.

Pensa-se ser pertinente orientar este relatório para o tema da Ecologia, abordado na unidade letiva *Ecologia e Valores*, do 8.º ano de escolaridade, da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Sendo que este tema não é apenas abordado nesta disciplina, tomou-se como objetivo tentar compreender, dentro da temática da crise ecológica, como é que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, aquela unidade letiva, propõe a sua compreensão, em comparação com o domínio de Educação para a Cidadania, *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*.

Este relatório estrutura-se em três capítulos que têm como fundamentação teórica a consulta de obras, e documentos, sobre *Ecologia e Valores* e *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, faz-se uma contextualização das disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica e de Educação para a Cidadania, abordando-se as aprendizagens dos alunos, a sua operacionalização na escola e o perfil do docente. Concluindo-se com a identificação dos pontos convergentes e divergentes entre as duas disciplinas.

No segundo capítulo, começa-se por efetuar a contextualização da unidade letiva *Ecologia e Valores*, através da exploração de conceitos, da referenciação a documentos do Magistério da Igreja, da identificação e da operacionalização das *Aprendizagens Essenciais*, na

referida unidade. De seguida, com apoio no *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, contextualiza-se o domínio de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. Por último, estudam-se os pontos convergentes e divergentes entre a unidade letiva *Ecologia e Valores* e o domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* e apresenta-se um singelo contributo para a área de Educação Moral e Religiosa Católica, como se poderá verificar no final do capítulo dois, ou seja, propõe-se a inclusão dos temas de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* na abordagem dos conteúdos da *Ecologia e Valores*.

Uma vez que o presente relatório é, também, resultado da Prática de Ensino Supervisionada inserida no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em Educação Moral e Religiosa Católica, o terceiro capítulo é dedicado à prática letiva. Assim sendo, enquadra-se a abordagem pedagógica e didática da prática letiva da unidade *Ecologia e Valores* que se destina a alunos do 8.º ano de escolaridade.

A iniciar o capítulo três, faz-se referência ao *Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches*, caracterizam-se, ao nível cognitivo, os alunos que frequentam o 8.º ano e a turma envolvida na Prática de Ensino Supervisionada. Segue-se uma planificação que inclui as metas curriculares, os objetivos/descriptores, as *Aprendizagens Essenciais*, as ações/estratégias de ensino orientadas para o perfil do aluno, os descriptores do perfil do aluno e os recursos didático utilizados, bem como a descrição das aulas. Refere-se, ainda, a avaliação da Prática de Ensino Supervisionada, uma vez que o processo avaliativo integra qualquer tipo de atividade. É este elemento que permite a evolução ao nível da formação e das aprendizagens.

Na apresentação formal deste trabalho teve-se como base a norma Chicago 16A.

CAPÍTULO I – RELAÇÃO ENTRE AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O presente capítulo apresenta três tópicos, sendo que no primeiro se analisam os documentos de enquadramento da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) e, no segundo, da disciplina de Educação para a Cidadania (EC). Sobre a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica recorre-se ao programa curricular em vigor e às *Aprendizagens Essenciais* referentes ao ensino básico e homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho. Para enquadrar a disciplina de Educação para a Cidadania, utiliza-se o documento *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, publicado em setembro de 2017, pelo XXI Governo Constitucional. Por fim, procuram-se identificar os pontos convergentes e divergentes entre as duas disciplinas.

1. Educação Moral e Religiosa Católica: contextualização, aprendizagens, operacionalização e perfil dos docentes

O Ensino Religioso Escolar expressa-se nas escolas portuguesas através da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, que é de caráter facultativo, e está presente nos currículos dos ensinos básico e secundário, tendo um programa e método específico.

A presença deste ensino é muito importante para a formação integral da pessoa pois, como afirma Paulo Mendes Silva, sobre *O ensino da religião na escola laica*: “A religião é parte da vivência da sociedade e não pode, nem deve ser enviada para um *guetto*, para um local de onde não saia e de onde se julgue que mais nada existe. A religião faz parte da sociedade, tem de ter um lugar nela, da mesma forma que a sociedade deve ser parte integrante do estar das religiões, que inevitavelmente, nela vivem”¹.

Sendo a EMRC uma disciplina curricular dos ensinos básico e secundário, apresenta um programa curricular,² cuja coordenação é da responsabilidade do Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC) e elaborado por uma equipa redatorial.³

¹ Paulo Mendes Pinto, “O ensino da Religião na Escola Laica uma leitura do Relatório Debray” in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano XI, nº16/17, 2012, 15.

² Em vigor, o aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa, em Assembleia Plenária, em abril de 2014.

³ Constituída por cinco elementos, Cristina Sá Carvalho, Dimas Pedrinho, Elisa Urbano, Fernando Moita e Juan Ambrósio.

O ensino da disciplina de EMRC está apoiado numa vastíssima legislação⁴ que é produto “de um longo e fecundo diálogo entre a Igreja e o Estado, de que resultou a integração progressiva da EMRC no currículo escolar e a dignificação e estabilidade do corpo docente”⁵.

Perante a necessidade de coordenar e dinamizar a disciplina de EMRC e da necessidade de existir um elo de ligação entre as escolas, é fundamental a colaboração dos serviços diocesanos e do Secretariado Nacional da Educação Cristã.

Os professores que integram a equipa nacional de apoio à disciplina de EMRC definiram os seguintes objetivos orientadores:

- Sensibilizar os organismos pastorais das dioceses onde trabalham para o lugar e estatuto da EMRC na Escola Pública;
- Esclarecer sobre a importância do ensino da EMRC se integrar nos currículos da formação de cada pessoa;
- Estimular as interações entre os diversos parceiros da comunidade educativa com vista à promoção da formação integral do aluno;
- Promover e apoiar a disciplina de EMRC nas escolas dos ensinos Básico e Secundário de todo o país, em colaboração com os serviços diocesanos, segundo as orientações da Comissão Episcopal da Educação Cristã e do Secretariado Nacional da Educação Cristã e as orientações da legislação vigente, resolvendo situações e ultrapassando obstáculos, de acordo com a realidade específica da cada diocese;
- Promover a criação e consolidação de equipas - diocesanas, vicariais, arceprestais, de zona e paroquiais - que despertem nos professores um empenho mais efetivo para que a disciplina de EMRC tenha, no sistema educativo português, o lugar que lhe compete;
- Colaborar para que equipas de professores voluntários constituam uma verdadeira estrutura pastoral, reconhecida pelos responsáveis da pastoral diocesana, vicarial e paroquial e aprovada pelo Bispo da respetiva Diocese;

⁴ Nomeadamente o Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, que cria os grupos de recrutamento docente, incluindo o grupo 290, Educação Moral e Religiosa Católica, alterado pelo Decreto-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, que cria o grupo de recrutamento 120 – Inglês; o Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23 de maio, regulamentando a lecionação da disciplina de EMRC nas escolas públicas, bem como o processo de recrutamento e seleção de docentes de EMRC; Despacho n.º 6809/2014, de 23 de maio, que define as regras para obtenção das habilitações profissionais para a docência da disciplina de EMRC; o Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho que homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; o Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que integra a EMRC no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e no Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos, Cursos Artísticos Especializados e Cursos Profissionais) de modo a que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; o Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, no qual são homologadas as Aprendizagens Essenciais de EMRC (e demais áreas curriculares) referentes ao ensino básico; e o Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto, no qual são homologadas as Aprendizagens Essenciais de EMRC (e demais áreas curriculares) referentes ao Ensino Secundário.

⁵ Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006):1.

- Desenvolver e incentivar ações de formação e outras atividades pastorais na área da disciplina de EMRC;
- Promover a divulgação de materiais didáticos atuais;
- Promover o encontro dos professores de EMRC para partilharem experiências, dúvidas e incertezas com vista a um trabalho de equipa e, dado o seu conhecimento do terreno, fazendo sugestões.⁶

A área disciplinar de EMRC, segundo a Conferência Episcopal Portuguesa, tem como grande finalidade “a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”⁷.

Em concreto, são propostas onze finalidades a alcançar pelos discentes, na frequência da disciplina de EMRC:

- Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Aprender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.⁸

⁶ Cf. “Equipa nacional de apoio à EMRC - objetivos.” Consultado a 8 de maio, 2019, <http://www.educris.com/v2/91-equipanacionaldeapoioaemrc/846-objetivos>.

⁷ Tomaz Nunes, “Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006):78.

⁸ Cf. *Ibidem*, 79.

Para que estas finalidades sejam atingidas pelos alunos, requer-se que esta disciplina tenha o mesmo grau de exigência de sistematização e rigor que as demais disciplinas.⁹

O atual programa foi preparado tendo em consideração o Despacho n.º 5306/2012, de 18 de abril, que prevê que o ensino seja orientado por metas curriculares, definidas tendo em conta três domínios de aprendizagem,¹⁰ facultando uma visão integral daquilo que se pretende abranger na formação dos discentes. Assim, associado às finalidades estão as metas (o que se pretende da aprendizagem dos alunos) e os domínios (aquilo que o aluno deve conhecer). Analisando o quadro 1, observar-se as metas curriculares estabelecidas para cada domínio.

Domínios	Metas Curriculares
Religião e Experiência Religiosa	A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa. B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas. D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.
Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo. F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas. G. Identificar os valores evangélicos. H. Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica. I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade. J. Descobrir a simbólica cristã. K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso. L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.
Ética e Moral	M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. N. Promover o bem comum e o cuidado do outro. O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã. Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

Quadro 1: Domínios de aprendizagem e metas curriculares do programa de Educação Moral e Religiosa Católica.

Constata-se que ocorre uma preocupação organizativa no que respeita aos temas dos domínios/metas, quer com a dimensão cognitiva quer com a dimensão emocional e espiritual

⁹ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006):11.

¹⁰ Religião e Experiência Religiosa; Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida; Ética e Moral.

do discente. Realça-se a importância das noções essenciais da tradição e cultura religiosa assim como, a promoção da relação consigo próprio e com o outro.

Das metas curriculares organizam-se os objetivos programáticos que permitem “determinar com precisão o comportamento que o aluno deve adquirir e que o professor aceitará como prova de aprendizagem”¹¹. Em cada unidade letiva estão estabelecidos objetivos programáticos que auxiliam a operacionalização dos conteúdos específicos de cada assunto/tema a abordar. Resumidamente, e sobre a estruturação do programa da disciplina de EMRC, verifica-se que está organizado na seguinte sequência: finalidades, metas curriculares, domínios de aprendizagem, objetivos programáticos e conteúdos.

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que “estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*”¹² são definidas, no ano de 2018, as *Aprendizagens Essenciais* da disciplina de EMRC.

As *Aprendizagens Essenciais* de EMRC para os diferentes níveis de ensino têm por base os documentos curriculares em vigor, “nomeadamente o Programa, as Metas Curriculares, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, bem como os Referenciais de Educação, nomeadamente, o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, o Referencial de Educação para o Desenvolvimento e o Referencial para a Dimensão Europeia da Educação”¹³.

As *Aprendizagens Essenciais* referentes ao ensino básico e secundário foram homologadas, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto.

Assim, pretende-se que um aluno que frequente a disciplina de EMRC deva reconhecer-se na sua dignidade, como ser único e singular, capaz de fazer opções assertivas e de assumir a responsabilidade dos seus atos, incentivando e valorizando o respeito pelos outros, na sua diversidade de seres, culturas e formas de estar. Para além disso, deve cooperar na sociedade de forma criativa, fraterna e solidária e, também, reconhecer e promover o valor do património

¹¹ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 9.

¹² Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

¹³ “Aprendizagens Essenciais de EMRC.” Consultado a 2 de maio, 2019, <http://www.educris.com/v2/352-aprendizagens-essenciais>.

histórico, ecológico, cultural e humano, bem como compreender a importância da dimensão religiosa, como parte integrante de si e da sociedade em geral.¹⁴

Deste modo, os alunos nas “aulas de Educação Moral e Religiosa Católica encontram, os meios para interpretar a imensidão do universo e os desafios da convivência humana, procurando dar sentido à sua existência e ao mistério que a envolve”¹⁵.

O docente da disciplina de EMRC, para além do que é disposto no Decreto-Lei n.º 240/2001,¹⁶ de 30 de agosto, deve abarcar, pela especificidade da disciplina, três dimensões:

- **Como educador:** deve inspirar confiança no conhecimento e compreensão dos outros, através do diálogo franco e aberto; fomentar a autonomia dos alunos em ordem à sua inclusão na sociedade; manifestar capacidade relacional e de comunicação e assumir as exigências éticas e deontológicas associadas à prática profissional; esforçar-se por ser competente nos domínios científico e pedagógico.¹⁷
- **Como testemunho de fé:** sente a responsabilidade de dar testemunho; é uma pessoa de esperança, com espírito jovem e, psicologicamente, adulto e maduro; tem consciência da sua "vocação" e da "missão" recebida, dado tornar-se presença evangelizadora da Igreja na Escola, através do mandato do seu Bispo.¹⁸
- **Como dinamismo da conversão:** ser firme na Fé e fonte de espiritualidade; salvaguardar, junto dos alunos, a vivência da Fé e, junto de todos os outros membros do processo educativo, a dimensão espiritual da vida; compreender as mutações tecnológicas, económicas e sociais e perscrutar os sinais dos tempos nelas contidos; preservar e desenvolver o sentimento e os fatores de identidade religiosa e cultural do Povo; reforçar os valores morais e na atuação concreta; colaborar com as estruturas existentes que se dedicam à implementação da justiça, da Paz e da Solidariedade para com os desprotegidos e marginalizados.¹⁹

Os docentes de EMRC devem ser criteriosamente preparados “tendo em conta as condições gerais da qualificação científica e pedagógica, o jeito e o gosto pela missão educativa,

¹⁴ Cf. “Competências essenciais de EMRC – ensino básico.” Consultado a 8 de maio, 2019, <http://www.educris.com/v2/96-ensino-basico/866-competencias-essenciais-de-emrc>.

¹⁵ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 164.

¹⁶ Aprova o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, especificamente: a dimensão profissional, social e ética; a dimensão de desenvolvimento do ensino aprendizagem; a dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade; e a dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida.

¹⁷ Cf. “Ser professor de EMRC.” Consultado a 8 de maio, 2019, <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>.

¹⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁹ Cf. *Ibidem*.

a capacidade de integração escolar, o testemunho da vida cristã e a disposição de assumir as orientações diocesanas e nacionais no domínio de ensino”²⁰.

2. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania: contextualização, aprendizagens, operacionalização e perfil dos docentes

Esta primeira parte centra-se na compreensão da *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC) que “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor”²¹.

A *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* é uma aposta do XXI Governo Constitucional perante questões atuais, como por exemplo: “a sustentabilidade, a interculturalidade, a igualdade, a identidade, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade”²² e deve ser implementada nas escolas. Esta ENEC é uma das consequências do documento intitulado *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, aprovado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, visto que é “um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências do século XXI”²³.

O documento em análise foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (GTEC); este é constituído maioritariamente por individualidades pertencentes ao Governo Constitucional em vigor, mas também por docentes das Universidades de Coimbra e do Porto e pelo Coordenador de Projetos Europeus de Educação para a Cidadania. O GTEC foi elaborado com o objetivo de impulsionar a Educação para a Cidadania e apresentar propostas sobre os seguintes pontos: “domínios de Educação para a Cidadania e formas de os abranger no currículo da escolaridade obrigatória por cada nível e ciclo de ensino; formas de operacionalização no contexto escolar; certificação do/a aluno/a no final da escolaridade

²⁰ Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006):10.

²¹ Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa, XXI Governo Constitucional, 2017), 1.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*.

obrigatória na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento; envolvimento e formação de docentes; conteúdos a incluir na Plataforma de Educação para a Cidadania”²⁴.

A proposta do GTEC é implementada desde do ensino pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória, e é desenvolvida do seguinte modo: no 1.º ciclo do ensino básico é de natureza transdisciplinar; no 2.º e 3.º ciclo é uma disciplina autónoma; no ensino secundário desenvolve-se com o contributo transversal de todas as disciplinas e componentes de formação. A ENEC “propõe que os alunos e as alunas na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento realizem aprendizagens através da participação plural e responsável de todas e todos na construção de si como cidadãs/ãos e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos”²⁵. A disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento tem um papel importante no “desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural”²⁶.

Podem-se compreender as perspetivas contemporâneas de Educação para a Cidadania, em alguns documentos-chave. Ao nível internacional, da União Europeia: a *Declaração de Paris* (Declaração sobre a Promoção da Cidadania e dos Valores Comuns da Liberdade, Tolerância e Não-discriminação através da Educação, de 17 de março de 2015);²⁷ do Conselho da Europa: a *Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos*²⁸ e as *Competências para uma Cultura da Democracia. Viver juntos em igualdade em sociedades democráticas culturalmente diversas*;²⁹ da Organização das Nações Unidas (ONU): a *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 dezembro de 1948*³⁰ e os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, a implementar entre 2016 e 2030;³¹ da Organização

²⁴ *Ibidem*, 2.

²⁵ *Ibidem*, 3.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Cf. “Declaration on Promoting Citizenship and the Common Values of Freedom, Tolerance and Non-Discrimination through Education. Informal Meeting of European Union Education Ministers, Paris, 17 March 2015.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://ec.europa.eu/education/news/2015/documents/citizenship-education-declaration_en.pdf.

²⁸ Cf. “Council of Europe Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education. Recommendation CM/ Rec(2010)7.” Consultado a 20 de maio, 2019, <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016803034e3>. Versão reduzida em português disponível em:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/edc_charter2_pt.pdf

²⁹ Cf. “Council of Europe (2016). Competences for Democratic Culture. Living together as equals in culturally diverse democratic societies.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://www.coe.int/t/dg4/education/Source/competences/CDC_en.pdf

³⁰ Cf. Organização das Nações Unidas (1948). Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução 217A (III), de 10 de dezembro de 1948.

³¹ Cf. Organização das Nações Unidas (2015). “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolução A/ RES/70/1.” Consultado a 20 de maio, 2019, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015, http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.

das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), o documento sobre a *Educação para a Cidadania Global: preparar os aprendentes para os desafios do século XXI*.³²

Ao nível nacional, os documentos mais significativos são: a *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas* a implementar entre 2013 e 2020;³³ o *Plano Estratégico para as Migrações* a implementar entre 2015 e 2020;³⁴ o *V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação*,³⁵ o *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género*,³⁶ o *III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos*,³⁷ em que as suas aplicações decorreram entre 2014 e 2017; a *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*,³⁸ cuja a implementação decorreu entre 2010 e 2015 e o *Plano Estratégico da Segurança Rodoviária*³⁹ e o *Plano Nacional de Formação Financeira*⁴⁰ a serem aplicados, entre 2016 e 2020.

Tudo o que é implementado ao nível educacional tem o seu ponto fulcral na *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE). Deste modo, também a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* recorre à LBSE visto que “consagra um lugar de destaque aos valores da Democracia e da Cidadania”⁴¹.

Propõe-se que a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, nos agrupamentos de escolas, e nas escolas não agrupadas, seja uma abordagem “Whole-school Approach” com suporte nos seguintes objetivos:

- Decorrer de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais; estar integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade;

³² Cf. UNESCO (2014). “Global citizenship education: Preparing learners for the challenges of the 21st century.” Consultado a 20 de maio, 2019, <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227729E.pdf>.

³³ Cf. “Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fed9bc53ec2.

³⁴ Cf. “Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724.

³⁵ Cf. “V Plano Nacional para a igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf.

³⁶ Cf. “V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_PREV_COMBATE.pdf.

³⁷ Cf. “III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/III_PL_PREV_TRAF_HUM_2014_017.pdf.

³⁸ Cf. “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/estrategia_nacional_educao_desenvolvimento.pdf.

³⁹ Cf. “Plano Estratégico da Segurança Rodoviária, 2016-2020.” Consultado a 20 de maio, 2019, <http://www.lexpoint.pt/Fileget.aspx?FileId=21675>.

⁴⁰ Cf. “Plano nacional de Formação Financeira, 2016-2010.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/taxonomy_file/pnff16-20.pdf.

⁴¹ Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa, XXI Governo Constitucional, 2017), 5.

- Assentar em práticas educativas que promovem a inclusão;
- Apoiar no desenvolvimento profissional contínuo dos e das docentes;
- Envolver os alunos e alunas em metodologias ativas e oferecer oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Integrar políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar;
- Promover o bem-estar e a saúde individual e coletiva;
- Envolver o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades; estar alinhada com as especificidades de alunos/as e as prioridades da comunidade educativa e apoiar-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.⁴²

Esta componente curricular, Cidadania e Desenvolvimento, tem em conta os seguintes princípios: “conceção não abstrata de cidadania; identificação de domínios essenciais em toda a escolaridade e identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia)”⁴³ e os seguintes eixos, propostos em 2008 no *Documento do Fórum Educação para a Cidadania*: “atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos); relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo) e relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos)”⁴⁴.

Os domínios de Cidadania e Desenvolvimento estão divididos em três grupos. O primeiro grupo, que é obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade, inclui os seguintes temas: “direitos humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade), igualdade de género, interculturalidade (diversidade cultural e religiosa), desenvolvimento sustentável, educação ambiental e saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico)”⁴⁵. O segundo grupo, que deve ser trabalhado pelo menos em dois ciclos do ensino básico, inclui os seguintes temas: “sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva), media, instituições e participação democrática, literacia financeira e educação para o consumo, segurança rodoviária e risco”⁴⁶. O terceiro grupo, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contém os seguintes temas: “empreendedorismo (nas suas vertentes económica e social); mundo do trabalho; segurança, defesa e paz; bem-estar animal; voluntariado; outras (de acordo com as necessidades de educação para a cidadania

⁴² Cf. *Ibidem*, 6.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, 7.

⁴⁶ *Ibidem*.

diagnosticadas pela escola e que se enquadre no conceito de EC [Educação para a Cidadania] proposto pelo Grupo)⁴⁷.

Os domínios abordados no parágrafo anterior devem contribuir para o desenvolvimento dos princípios (a base humanista, o saber, a aprendizagem, a inclusão, a coerência e a flexibilidade, a adaptabilidade e a ousadia, a sustentabilidade e a estabilidade), dos valores (a responsabilidade e a integridade; a excelência e a exigência; a curiosidade, a reflexão e a inovação; a cidadania e a participação; e a liberdade) e das áreas de competências (linguagens e textos; informação e comunicação; raciocínio e resolução de problemas; pensamento crítico e pensamento criativo; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e autonomia; bem-estar, saúde e ambiente; sensibilidade estética e artística; saber científico, técnico e tecnológico; e consciência e domínio do corpo) do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.⁴⁸

A *Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola* (EECE) desenvolve-se de duas formas, uma ao nível de cada turma, outra ao nível global da escola. Em cada turma, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, é “integrada transversalmente no currículo, da responsabilidade do/a docente titular de turma e decorrente da decisão acerca dos domínios a trabalhar e das competências a desenvolver ao longo do ano, definidos em sede de Conselho de Docentes, e enquadrado na EECE”⁴⁹. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico apresenta-se como uma disciplina autónoma denominada Cidadania e Desenvolvimento “sob a responsabilidade de um/a docente e decorrente da decisão acerca dos domínios a trabalhar e das competências a desenvolver ao longo do ano, definidos em sede de Conselho de Turma e enquadrados na EECE”⁵⁰. A abordagem a esta disciplina curricular, nestes dois ciclos de ensino, deve realizar-se de modo “interdisciplinar ao nível do Conselho de Turma, sempre que se verifique a interligação curricular com outras disciplinas, ao nível das aprendizagens”⁵¹. Esta disciplina pode funcionar de forma “semestral, anual ou outra, salvaguardando a possibilidade de a escola poder gerir a sua distribuição ao longo do ano com flexibilidade, possibilitando a realização de projetos interdisciplinares”⁵². Nos cursos de educação e formação de jovens de nível básico e

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho. É o “referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem”.

⁴⁹ Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa, XXI Governo Constitucional, 2017), 9.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*.

no ensino secundário desenvolve-se através do contributo de todas as disciplinas e componentes de formação.

O Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania propõe que o “processo de ensino, aprendizagem e avaliação nesta disciplina deva integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno e aluna através de evidências”⁵³. Relativamente à avaliação de Cidadania e Desenvolvimento, deve estar enquadrada de acordo com o respetivo nível de ensino e os critérios de avaliação definidos em Conselho de Turma, e na escola, considerando “o impacto da participação dos alunos e das alunas nas atividades realizadas na escola e na comunidade, constatando estas, de acordo com as normas definidas, no certificado de conclusão da escolaridade obrigatória”⁵⁴.

Na escola a *Estratégia de Educação para a Cidadania* “enforma a cultura escolar que se exprime através das atitudes, dos valores, das regras, das práticas quotidianas, dos princípios e dos procedimentos adotados tanto ao nível global da escola, como ao nível da sala de aula. O sucesso da implementação desta estratégia está intrinsecamente ligado à cultura de cada escola e às oportunidades dadas aos/as alunos/as para se envolverem na tomada de decisões, nomeadamente nas que os/as afetam”⁵⁵. Também os projetos desenvolvidos na disciplina, e outros projetos realizados na escola, podem ser desenvolvidos em parceria com entidades da comunidade,⁵⁶ podendo abranger outras escolas, numa forma de trabalho em rede. A elaboração e a implementação destes projetos centram-se nas necessidades, recursos e potencialidades da comunidade. A escola, enquanto entidade autónoma, “é responsável pela monitorização e avaliação da sua estratégia de educação para a Cidadania, definindo a metodologia a aplicar e os indicadores de impacto nomeadamente na cultura escolar, na governança escolar, na relação com a comunidade. A avaliação da estratégia em cada escola deverá estar articulada com o respetivo processo de autoavaliação”⁵⁷. O Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania propõe que o desenvolvimento da *Estratégia de Educação para a Cidadania* seja uma das vertentes, da escola, para a sua avaliação externa.

Cada escola define a sua estratégia, com base no seu Projeto Educativo, “identificando e priorizando os domínios de Educação para a Cidadania a trabalhar para cada nível de educação e ensino (...) assegurada [a coordenação] por um/a docente membro do Conselho Pedagógico

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*, 11.

⁵⁶ A título de exemplo, identificam-se e recomendam-se os seguintes tipos de entidades: instituições de ensino superior e centros e redes de investigação; associações juvenis; Organizações Não Governamentais; autarquias e seus órgãos; serviços públicos de âmbito local, regional e nacional; grupos de cidadãos/ãs organizados/as, tais como grupos de voluntariado; meios de comunicação social; e empresas do sector público e privado.

⁵⁷ Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa, XXI Governo Constitucional, 2017), 11.

(...) [que] apresentará um relatório anual que deve incluir as necessidades de formação contínua de docentes neste domínio”⁵⁸.

O Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania indica que o/a docente da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, deve:

“demonstrar saber identificar e ter respeito pelas diferenças culturais de alunos/as e da restante comunidade educativa; saber criar situações de aprendizagem para os/as alunos/as desenvolverem pensamento crítico, trabalho colaborativo e resolução de problemas; saber potenciar situações de aprendizagem em articulação com a comunidade; ter experiência de coordenação de equipas e capacidade organizativa; frequentar/ter frequentado ações de formação sobre Educação para a Cidadania; possuir competências de trabalho nomeadamente, em metodologias de projeto; possuir competências de utilização de meios tecnológicos; conseguir estabelecer e manter relações empáticas com discentes; sentir-se motivado para desempenhar tarefas, sem imposição superior e ser reconhecido pelo Conselho de Turma como o/a docente adequado/a à coordenação de EC da respetiva turma”⁵⁹.

De seguida, procura-se estabelecer os pontos convergentes e divergentes das duas disciplinas.

3. Pontos convergentes/ divergentes entre as disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica e a Educação para a Cidadania

As duas disciplinas curriculares são igualmente importantes, mas cada uma tem a sua especificidade, o seu lugar na escola e na formação dos discentes. Estão abrangidas por regimes legislativos e propostas curriculares específicas.

De forma a facilitar a análise comparativa apresenta-se o quadro 2 que esquematiza os pontos convergentes e divergentes entre Educação Moral e Religiosa Católica e a Educação para a Cidadania.

EMRC	EC
Pontos convergentes	
EMRC e EC são disciplinas curriculares;	
Desenvolvimento da capacidade cognitiva e empírica dos indivíduos, o desenvolvimento da argumentação e do diálogo e do sentido crítico;	
As temáticas a abordar devem contribuir para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do <i>Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória</i> ;	

⁵⁸ *Ibidem*, 12.

⁵⁹ *Ibidem*, 14.

Avaliação: de acordo com o respetivo nível de ensino e os critérios definidos em Conselho de Turma e na escola.	
Pontos divergentes	
Oferta obrigatória, mas de frequência facultativa;	Frequência obrigatória;
Objetivo: colocar o cidadão diante da questão religiosa da transcendência;	Objetivo: desenvolver/ formar um cidadão responsável, capaz de intervir, em consciência, numa sociedade democrática ficando conhecedor dos seus direitos e deveres;
Programa: contempla um programa específico/ próprio que inclui finalidades, domínios, metas, conteúdos e objetivos;	Programa: não contempla um programa específico, depende do contexto sociocultural da comunidade escolar;
Temáticas distribuídas por unidades letivas, dependendo do ano de escolaridade;	Temáticas geridas conforme as necessidades culturais e/ou mediante as diretrizes do conselho pedagógico;
Temáticas com preocupação social, cultural, histórica, religiosa e moral;	Temáticas com preocupação social, cultural, económica e política;
Ensino do Religioso e da Educação ético-moral;	Ensino Cívico;
Organização da prática curricular: o Estado atribui exclusividade à Igreja Católica quanto à orientação do ensino, competindo-lhe a elaboração e revisão dos programas, edição e divulgação de manuais e de outros instrumentos de trabalho;	Organização da prática curricular: da competência do Estado, especificamente do Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania;
Cada nível de ensino tem o respetivo manual escolar atribuído;	Não tem nenhum manual escolar atribuído;
Presente do 1.º ciclo até à escolaridade obrigatória;	Presente do pré-escolar até à escolaridade obrigatória;
No ensino básico e no ensino secundário é uma disciplina autónoma;	No pré-escolar e no 1.º ciclo é abordada de modo transversal no currículo;

	<p>No 2.º e 3.º ciclos é uma disciplina autónoma denominada Cidadania e Desenvolvimento, cujos conteúdos são definidos em conselho de turma;</p> <p>No ensino secundário desenvolve-se com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação;</p>
Anual;	Semestral, anual ou outra com flexibilidade, possibilitando a realização de projetos interdisciplinares;
Processo de ensino aprendizagem: desenvolver competências intelectuais, sociais e sociopolíticas pela educação experimental que tem por objetivo enriquecer a aprendizagem dos alunos, tanto do ponto de vista das referidas competências sociais, morais, ou outras, como da aplicação de determinados conteúdos curriculares;	Processo de ensino aprendizagem: integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional;
A avaliação realizada pelo coordenador não integra a avaliação externa da escola.	A avaliação realizada pelo coordenador pode integrar a avaliação externa da escola.

Quadro 2: Pontos convergentes e divergentes entre a Educação Moral e Religiosa Católica e a Educação para a Cidadania.

Partindo do quadro 2, pode-se constatar três aspetos importantes. Primeiro, verifica-se que o lugar de ambas as disciplinas é na escola, onde os alunos, professores e pessoal não docente, em grupos mais ou menos alargados, estabelecem relações de índole pedagógica, curricular e académica. Depois, os destinatários são os alunos, quando o aluno que está inscrito em ambas as disciplinas. Observe-se que a inscrição na disciplina de EMRC é facultativa e enquanto que na disciplina de EC é obrigatória. O terceiro aspeto é que ambas as disciplinas são lecionadas por um educador, o professor.

De modo complementar, mas também diferente, se a disciplina de Educação para a Cidadania pretende desenvolver/formar indivíduos responsáveis, capazes de intervir com consciência, numa sociedade democrática, que conheçam os seus direitos e deveres, a disciplina de EMRC pretende colocar os indivíduos diante da questão religiosa e da transcendência.

A disciplina de EMRC contempla um programa específico/próprio que inclui finalidades, domínios, metas, conteúdos e objetivos, enquanto que a EC não tem um programa específico e a sua organização curricular depende do contexto sociocultural da comunidade escolar.

Relativamente aos temas a serem lecionados, na disciplina de EMRC as temáticas estão distribuídas por unidades letivas e por ano de escolaridade. São de índole social, cultural, histórica, religiosa e moral. Na disciplina de EC as temáticas são geridas conforme as necessidades culturais e/ou mediante as diretrizes do conselho pedagógico da escola e são de índole social, cultural, económica e política.

A Educação para a Cidadania pode ser considerada um ensino cívico, visto que lhe estão subjacentes os direitos humanos, que exigem a afirmação de determinados valores e atitudes. Aprendizagens que se podem considerar comuns à EMRC. No entanto, a Educação Moral e Religiosa Católica está mais “direcionada para o ensino do religioso e da educação ético-moral”⁶⁰.

As duas disciplinas favorecem o desenvolvimento da capacidade cognitiva e empírica dos indivíduos, o desenvolvimento da argumentação e do diálogo e do sentido crítico. Também, em ambas, as temáticas a abordar devem contribuir para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Quanto à organização da prática curricular, a disciplina de EC é da competência do Estado, especificamente do Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania que elaborou a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, a ser implementada nas escolas. A organização da prática curricular da disciplina de EMRC está atribuída pelo Estado exclusivamente à Igreja Católica, nomeadamente a orientação do ensino, a elaboração e revisão dos programas, a edição e a divulgação de manuais e de outros instrumentos de trabalho. Pode-se acrescentar, neste ponto, que a disciplina de EMRC, como qualquer outra disciplina curricular, tem atribuído a cada nível de ensino o respetivo manual escolar, enquanto que a EC não tem qualquer manual. Nesta situação, para apoiar os docentes na abordagem das temáticas, a Direção-Geral da Educação apresenta referenciais.

A disciplina curricular de EMRC está presente no currículo nacional a partir do 1.º ciclo, até ao final da escolaridade obrigatória, apresentando-se como uma disciplina autónoma em todos os níveis de ensino desde o 1.º ano até ao 12.º ano. Educação para a Cidadania está presente no currículo nacional a partir do pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória. No pré-escolar e no 1.º ciclo é abordada de modo transversal ao currículo; no 2.º e 3.º ciclos é

⁶⁰ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 163.

uma disciplina autónoma denominada Cidadania e Desenvolvimento cujos conteúdos são definidos em Conselho de Turma; no ensino secundário, desenvolve-se com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação.

A disciplina de EMRC é lecionada ao longo de um ano letivo, enquanto que a disciplina de Educação para a Cidadania poderá ter uma duração de lecionação semestral, anual, ou outra, com flexibilidade, possibilitando a realização de projetos interdisciplinares.

O processo de ensino aprendizagem, na EMRC, decorre através da “educação pelo serviço, que desenvolve um amplo conjunto de competências intelectuais, sociais e sociopolíticas [...] pela educação experimental que tem por objetivo enriquecer a aprendizagem dos alunos, tanto do ponto de vista das referidas competências sociais, morais, ou outras, como da aplicação de determinados conteúdos curriculares”⁶¹. Na EC, o processo de ensino aprendizagem efetua-se de modo a que o aluno integre e reflita as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional.

O processo de avaliação das duas disciplinas é similar, devendo estar de acordo com o respetivo nível de ensino e os critérios definidos em Conselho de Turma e na escola. Contudo, a avaliação da implementação da disciplina de Educação para a Cidadania na escola, realizada pelo respetivo coordenador da disciplina, pode integrar a avaliação externa da própria escola.

Prosseguindo o trabalho realizado deste primeiro capítulo pretende-se, de seguida, realizar um estudo comparativo, entre a unidade letiva *Ecologia e Valores*, do programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, do 8.º ano do ensino básico, e o domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, da disciplina de Educação para a Cidadania.

⁶¹ *Ibidem*, 158.

CAPÍTULO II – ESTUDO COMPARATIVO: UNIDADE LETIVA *ECOLOGIA E VALORES* E O DOMÍNIO *EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*

Este capítulo divide-se em três tópicos, sendo que no primeiro tópico se procede a uma contextualização da unidade letiva *Ecologia e Valores*, da Educação Moral e Religiosa Católica e no segundo tópico contextualiza-se o domínio de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, da Educação para a Cidadania. A terminar, efetua-se uma análise comparativa, identificando os pontos convergentes e divergentes, entre a unidade letiva e o domínio.

1. *Ecologia e Valores*: contextualização da unidade letiva

Este tópico estrutura-se em três partes. Na primeira parte, pretende-se explorar alguns conceitos presentes na unidade letiva *Ecologia e Valores* e no âmbito do Magistério da Igreja, referencia-se alguns documentos dedicados à problemática ecológica. Na segunda parte, procura-se enquadrar a unidade letiva, *Ecologia e Valores*, na disciplina de EMRC com o documento das *Aprendizagens Essenciais* e do manual escolar *Quero Descobrir!*, do 8.º ano de escolaridade. A concluir, efetua-se uma descrição da operacionalização das *Aprendizagens Essenciais* na unidade letiva *Ecologia e Valores*.

1.1. Exploração dos conceitos e referenciação a documentos do Magistério da Igreja

Valor vem do latim *valere* que significa valer a pena, vigor, importância. E, se vale a pena, merece lutar por ele.

Os valores são princípios orientadores que regulam a vida das pessoas, servindo de critério para determinar as suas escolhas e decisões. Mas, se este raciocínio parece ser pacífico, a grande dúvida começa quando se dá conta que seguir o próprio desejo poderá não ser o mais desejável (o melhor) quer para o próprio, quer para os outros. Constata-se que existe uma diversidade de valores que varia muito de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de cultura para cultura. No entanto, só os valores dão sentido à vida do ser humano, no seu fundamento e no seu processo. Os valores nascem da liberdade.⁶²

A diversidade de valores, não é sinónimo de relativismo ético. A diversidade é sempre uma riqueza que deve ser aproveitada, mas em educação para valores é necessário que o relativismo seja ultrapassado. “Tudo isto tem a ver com a questão da liberdade que é o assunto

⁶² Cassiano Reimão, *Ética e profissões. Desafios da modernidade* (Lisboa, Universidade Lusíada, 2008).

de que propriamente se ocupa a ética”⁶³. Ética é um termo de origem grega que significa modo de ser, caráter, hábito e costume, ou até forma de pensar, que é similar à definição apresentada por Barros Dias, para o qual a “Ética é a teoria do comportamento moral dos seres humanos em sociedade. Ela é, pois, o saber de uma forma específica do comportamento humano”⁶⁴ e a outra definição que se encontra na Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura. Esta última indica que a palavra ética apresenta duas grafias, em grego: *Êthos*, que se refere ao modo de ser, ao caráter, à realidade interior de onde provém os atos humanos; e *Éthos*, que indica os costumes, o hábito ou o agir habitual. Ambas as concepções, foram traduzidas, para o latim, pelo termo *mores*, que significa “costumes” e que também está relacionado com ordens.⁶⁵

Posto isto, pode-se concluir que “a ‘moral’ é o conjunto de condutas e normas que tu, eu e alguns dos que nos rodeiam costumamos aceitar como válidas; ‘ética’ é a reflexão sobre o porquê de as considerarmos válidas”⁶⁶.

No que respeita ao termo Ecologia, este “foi criado por E. Haeckel (...) para designar a ciência da natureza que, à luz da fisiologia e da morfologia e segundo a teoria da eficiência criadora da adaptação, estuda as interações dos vivos entre si e especialmente deles com o ambiente em que vivem. Atualmente, o termo é sobretudo usado em sentido antropológico, designando o estudo interdisciplinar das interações entre as populações humanas e seus respetivos ambientes”⁶⁷. No entanto, a Ecologia estuda quatro fatores, a saber: “ambientes (variante propriamente ecológica), populações humanas (variante demográfica), tecnologia (variante económico-tecnológica) e organização social (variante ético-política)”⁶⁸.

Pode-se observar que

“a questão ecológica não diz, portanto, respeito diretamente à integração do homem [ser humano] na natureza, mas passa pela mediação do ambiente por ele transformado, com a dupla problemática daí resultante: relação do homem [ser humano] com esse ambiente cultural e a deste com a natureza. O que os problemas ecológicos põem em questão são, portanto, ambientes culturais. Estes, sobretudo nos últimos séculos, foram fortemente marcados pela técnica (...) dominada pela lógica unidimensionalmente quantitativa e exploradora da técnica deixada a si mesma. Nessa mesma medida, esses ambientes tornaram-se mais ou menos desumanos e desnaturantes. A solução está em procurar ambientes culturais baseados em valores humanos e, por isso, capazes de mediar satisfatoriamente a relação do homem [ser humano] com a natureza”⁶⁹.

⁶³ Fernando Savater, *Ética para um jovem* (Alfragide, Publicações D. Quixote, 2012), 48.

⁶⁴ J.M. de Barros Dias, *Ética e educação* (Lisboa, Universidade Aberta, 2004), 23.

⁶⁵ Cf. Fernando Savater, *Ética para um jovem* (Alfragide, Publicações D. Quixote, 2012), 48.

⁶⁶ Fernando Savater, *Ética para um jovem* (Alfragide, Publicações D. Quixote, 2012), 51.

⁶⁷ Roque Cabral, Ecologia in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, II (Lisboa, Verbo, 1990), 20-22.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*.

O Magistério de Igreja, sempre atento às mudanças dos tempos, apresenta diversos documentos que abordam os alguns conteúdos da unidade letiva *Ecologia e Valores*.

Neste contexto deve-se referenciar a Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*⁷⁰ escrita pelo Papa João Paulo II, a 30 de dezembro de 1987, no qual se realiza uma alusão “ao respeito por todos os seres criados”⁷¹.

Na Mensagem do Dia Mundial da Paz, publicada a 1 de janeiro de 1990, com o título *Paz com Deus Criador, Paz com toda a Criação*, o Papa João Paulo II alerta, em termos ecológicos, para a “falta de respeito devido à natureza, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida. Semelhante situação gera um sentido de precariedade e de insegurança, que, por sua vez, favorece forma de egoísmo coletivo”⁷².

Na Carta Encíclica *Redemptor Hominis*, de 4 de março de 1979, escrita pelo Papa João Paulo II, referencia-se, no âmbito da ecologia humana, que devido ao progresso tecnológico ocorrido durante os anos 70 ocorre um afastamento das referências de ordem moral, dos valores da justiça e da solidariedade social. Analisa-se o desequilíbrio que ocorre entre os países ricos e os países pobres. Reconhece-se a necessidade de “uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações”⁷³. O Papa João Paulo II lembra a vontade do Criador “que o ser humano comunicasse com a natureza como ‘senhor’ e ‘guarda’ inteligente e nobre, e não como ‘desfrutador’ sem respeito algum”⁷⁴.

Na Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* também referencia que o ser humano possui muitas coisas comuns a outros seres vivos, mas é interpelado a cuidar deles; quando o jardim paradisíaco é a sua morada, é-lhe atribuída a missão de dominar sobre elas e cuidar das outras criaturas.⁷⁵

Na Mensagem do Dia Mundial da Paz, a 1 de janeiro de 1990, realça que as injustiças praticadas no mundo estão na base da crise, tornando-se urgente uma nova solidariedade,

⁷⁰ Cf. Papa João Paulo II, “Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, 8 de dezembro de 1987.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html.

⁷¹ *Ibidem*, n.º34.

⁷² Papa João Paulo II, “Mensagem do Dia Mundial da Paz: Paz com Deus Criador, Paz com toda a Criação, 1 de janeiro de 1990, n.º1.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html.

⁷³ Papa João Paulo II, “Carta Encíclica *Redemptor Hominis*, de 4 de março de 1979, n.º16.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html.

⁷⁴ *Ibidem*, n.º15.

⁷⁵ Cf. Papa João Paulo II, “Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, 8 de dezembro de 1987, n.º 30-34.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html.

dedicada aos países menos desenvolvidos.⁷⁶ Afirma que nunca haverá um justo equilíbrio ecológico se não forem combatidas as formas de pobreza no mundo⁷⁷ e que a regra capaz de inspirar um progresso económico é o respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana.⁷⁸

Na Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, de 25 de março de 1995, aborda a questão ecológica, especificamente a preservação do *habitat* natural das diversas espécies animais, assim como, a ecologia humana. O “domínio confiado ao homem [ser humano] pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar da liberdade de ‘usar e abusar’, ou de dispor das coisas como melhor agrade”⁷⁹.

O Papa Bento XVI na Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, de 29 de junho de 2009, aborda mais especificamente o conceito de ecologia humana. Afirma que “ecologia humana condiciona positivamente a ecologia ambiental porque o sistema ecológico insere-se num projeto onde se inscreve, a sua convivência em sociedade dos seres humanos entre si, e entre estes e a natureza”⁸⁰. Ainda de forma a melhorar a compreensão do conceito de ecologia humana deve-se referenciar o Deus de Jesus Cristo que “mostra-nos que a vida não é o prémio dos fortes e que o segredo da vida não é a dominação pela força mas o domínio da doçura (...) o Deus na evolução diz-nos que os pobres, os aleijados, os cegos não são danos colaterais, inúteis resíduos, desperdícios irrelevantes da evolução. Deus diz que todos têm lugar e todos são desejados e amados”⁸¹.

O Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato Si*, de 24 de maio de 2015, retoma o conceito de ecologia humana, mas colocando-o em algumas áreas da sociedade. O conceito chave desta Encíclica é a ecologia integral. Pelo decorrer da leitura pode-se observar que a frase mais repetida é que “tudo está conectado” e é urgente a responsabilidade. Sobre a ecologia integral argumenta que se deve ter em consideração diversos aspetos da vida humana: tecnológicos, científicos, sociais, económicos e ambientais, numa tentativa de conversão ecológica e em diálogo para o cuidado do planeta Terra.

Na Carta Encíclica *Laudato Si*, referenciada anteriormente, procura um entendimento para os problemas da degradação da Terra, por isso apresenta a Ecologia como um termo mais

⁷⁶ Cf. Papa João Paulo II, “Mensagem do Dia Mundial da Paz: Paz com Deus Criador, Paz com toda a Criação, 1 de janeiro de 1990, n.º10.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html.

⁷⁷ *Ibidem*, n.º11.

⁷⁸ *Ibidem*, n.º7.

⁷⁹ Papa João Paulo II, “Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, de 25 de março de 1995, n.º42.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html.

⁸⁰ Papa Bento XVI, “Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, de 29 de junho de 2009, n.º51.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://www.caritas.pt/wp-content/uploads/2009/08/ficheiros_nacional_file_caritasinveritates.pdf.

⁸¹ Isabel Varanda, “A ecologia como chave hermenêutica da Criação e da evolução.” in *Theologica* 45, 2 (2010), 463.

amplo do que “meio ambiente”. Alarga este termo às relações fundamentais das quais o ser humano depende. A título de exemplo, aborda: a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta Terra, a convicção de que tudo está interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras formas de perceber a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida. São temas que devem ser sempre recuperados e enriquecidos.

O Papa Francisco alerta que o consumismo obsessivo é reflexo subjetivo do paradigma tecnoeconómico e que este é detido por uma minoria detentora do poder económico-financeiro. A falta de identidade, vivida com angústia pela humanidade pós-moderna, não encontrou em si uma compreensão que a possa orientar. A situação atual do mundo “gera um sentido de precariedade e de insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo coletivo”⁸². O vazio, existente no coração, leva a um consumo/posse como forma de preenchimento.

Neste documento, do Magistério da Igreja, o Papa adota uma perspetiva sistémica e holística, “tudo está interligado com tudo”⁸³ e o irmão do mundo dialoga “com todos acerca da nossa Casa Comum”⁸⁴. Pela releitura do livro do Génesis, o relato da Criação, do Antigo Testamento, e à luz do Novo Testamento, surgem dois centros de perceção que são a base de toda a Encíclica: a consciência e a responsabilidade. Consciência dos comportamentos desmedidos do ser humano que levaram o planeta Terra a uma situação de limite e consciência da irreversibilidade⁸⁵ de determinadas ações do ser humano no planeta. Responsabilidade acima de tudo pelo bem comum, pela criação que foi confiada ao ser humano “para que cultivasse e a guardasse”.

Realça-se no mesmo documento, o significado da natureza como “criação de Deus” e quando o ser humano rompe a harmonia com a criação, que Deus lhe confiou, ocorre pecado ecológico. Favorece-se uma ecologia de respeito e de responsabilidade com a criação, alertando-se para uma conversão ecológica global.

⁸² Papa João Paulo II, “Mensagem do Dia Mundial da Paz: Paz com Deus Criador, Paz com toda a Criação, 1 de janeiro de 1990, n.º1.” Consultado a 20 de maio, 2019, https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html.

⁸³ Papa Francisco, “Carta Encíclica *Laudato Si*, de 24 de maio de 2015, n.º16.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

⁸⁴ *Ibidem*, n.º3.

⁸⁵ Diz-se cientificamente que o período geológico recente do planeta Terra é a era do Antropoceno no qual não há datas específicas do início, mas refere-se ao tempo em que as atividades humanas começaram a ter um impacto global significativo no clima da Terra e no funcionamento dos seus ecossistemas.

Com vista a uma espiritualidade ecológica, o Papa Francisco, destaca a cultura do cuidado que implica a capacidade de convivência e de comunhão.⁸⁶ Ele pretende uma conversão ecológica, principalmente na comunidade cristã, pois além da base social é necessário a base interior para uma mudança do estilo de vida do ser humano.

Nos documentos do Magistério da Igreja referenciados transparecem, a preocupação e atuação da Igreja face ao problema do cuidado da “Casa Comum”. Face ao ato criador de Deus cabe ao ser humano manter e preservar.

1.2. Enquadramento da Unidade Letiva Ecologia e Valores na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

No 8.º ano de escolaridade, as *Aprendizagens Essenciais* (AE) que foram definidas, incidem sobre as quatro unidades letivas previstas para este nível de ensino, ou seja, *O Amor Humano, O Ecumenismo, A Liberdade e Ecologia e Valores*.

Para além das AE, ao longo do 8.º ano de escolaridade, o discente deve desenvolver um conjunto de competências específicas da disciplina de EMRC e transversais a várias unidades letivas e anos de escolaridade, como consta no documento da AE para o ensino básico, a saber:⁸⁷

- Interpretar informação, planear e conduzir pesquisas (A; B; C; D; I);
- Utilizar de modo proficiente linguagens e símbolos (A; B; D; F; H; I; J);
- Compreender a necessidade das fontes históricas para a produção de conhecimento (A; B; C; D; F; I);
- Colaborar em diferentes contextos comunicativos, utilizando ferramentas analógicas e digitais (A; B; C; D; E; H; I);
- Reconhecer a importância dos valores de cidadania para a formação de uma consciência cívica e de uma intervenção responsável na sociedade democrática (A; B; C; D; E; F; G; I);
- Relacionar sempre que possível as aprendizagens de EMR Católica com os dados das outras ciências, valorizando um Património de conhecimento comum

⁸⁶ Cf. Papa Francisco, “Carta Encíclica *Laudato Si*, de 24 de maio de 2015, n.º228.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

⁸⁷ As letras maiúsculas, após a competência descrita, referem-se às Áreas de Competências do Perfil dos Alunos (ACPA) à Saída da Escolaridade Obrigatória, nomeadamente: A – Linguagens e textos; B – Informação e comunicação; C – Raciocínio e resolução de problemas; D – Pensamento crítico e pensamento criativo; E – Relacionamento Interpessoal; F – Desenvolvimento Pessoal e autonomia; G – Bem-estar, saúde e ambiente; H – Sensibilidade estética e artística; I – Saber científico, técnico e tecnológico; e J – Consciência e domínio do corpo.

que se reflete na história dos Povos e no uso dos Valores nas relações humanas (A; B; C; D; E; F; G; H, I; J);

- Promover o respeito pela multiculturalidade, o reconhecimento e valorização da diversidade, as interações entre diferentes culturas, a justiça, a igualdade e equidade (A; B; C; D; E; F; G; H; I);
- Estabelecer consigo próprio e com os outros uma relação harmoniosa e salutar (A; C; E; F; G; J).⁸⁸

Para a unidade letiva *Ecologia e Valores* propõem-se as seguintes metas curriculares: B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história; C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas; J. Descobrir a simbólica cristã e O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.⁸⁹ De acordo com o manual escolar⁹⁰ do 8.º ano de Educação Moral e Religiosa Católica esta unidade letiva está organizada em quatro temas que se dividem em subtemas.

O primeiro tema intitula-se *O mundo é a nossa casa* e começa por fazer uma distinção entre os conceitos de habitar e ocupar.⁹¹ O ser humano não ocupa o planeta Terra num sentido de posse, como sua propriedade, mas sim habita no planeta Terra. Habitar remete para a ideia de casa, uma vez que o ser humano vive numa “habitação”⁹².

Habitar um espaço é assumi-lo como seu, onde a permanência é desejável e possibilitadora de felicidade. De referir que não é apenas o ser humano que habita no planeta Terra, o ar, a água, as plantas, os animais, coexistem lado a lado com o ser humano, existindo uma interdependência entre todos.

Toda a diversidade presente no planeta Terra permite a formação de uma verdadeira comunidade que habita esta casa comum.

Seguidamente, apresenta-se Deus como Criador, remetendo-se para a ideia de que Deus cria o ser humano à sua imagem e semelhança incumbindo-o da tarefa de proteger, preservar e continuar a sua criação. De salientar que é neste subtema *Uma dádiva de Deus* que são apresentadas mensagens de cariz bíblico e católico uma vez que é apresentado o Salmo 8,4-7,

⁸⁸ Cf. “Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico.” Consultado a 2 maio, 2019, <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>.

⁸⁹ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 92.

⁹⁰ Cf. Cristina Sá Carvalho (coord.), *Quero Descobrir. Manual do Aluno Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do ensino básico* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015).

⁹¹ Cf. *Ibidem*, 105.

⁹² Sentido figurado para o planeta Terra.

bem como um excerto do Conselho das Conferências Episcopais da Europa, *Charta Oecumenica* 9.⁹³

Neste primeiro tema aborda-se a beleza e a diversidade que existem no planeta Terra, segundo uma dádiva de Deus, e que o ser humano tem a responsabilidade de cuidar do resto da criação de forma a contribuir para uma relação harmoniosa.

O segundo tema *Ação humana sobre a natureza* debruça-se sobre a questão da poluição no planeta Terra, apresentando o ser humano como o grande responsável. A vontade de dominar a natureza, os novos estilos de vida e as escolhas que se fazem afetam a vida dos outros e do nosso planeta. Estas ações arrastam consigo consequências devastadoras para o planeta que se traduzem num excessivo uso, e abuso, dos recursos naturais. Neste contexto é apresentado o fenómeno do aquecimento global, as suas causas e consequências. Trata-se, seguidamente, a questão da extrema exploração dos recursos naturais dando como exemplo as florestas, a água e a consequente desertificação. Neste subtema abre-se a discussão para a perspetiva ético-moral, onde são colocadas algumas questões: “As atitudes que tomamos têm como finalidade os interesses de todos ou apenas os interesses individuais? As consequências dos comportamentos humanos são eticamente aceitáveis? A responsabilidade pelos outros e pelo ambiente está na base da ação humana?”⁹⁴.

Referenciam-se ainda algumas das razões que estarão na origem do comportamento destrutivo do ser humano, na sua relação com o planeta Terra. O egoísmo, o lucro individual, o bem-estar imediato e a sobrevalorização da economia são alguns dos aspetos referidos. O ser humano deve colocar em primeiro plano do seu agir a preservação da natureza e do ambiente em que vive. Deve pensar no bem coletivo, no desenvolvimento do bem comum, nas consequências das suas ações a médio e a longo prazo e adotar políticas de defesa do meio ambiente. Assim, será possível o desenvolvimento da consciência e da solidariedade ecológica, conduzindo a uma melhor convivência da conversão ecológica.⁹⁵

Levanta-se uma questão ao nível planetário em que só com a cooperação de todas as nações será possível atingir objetivos de longa duração, com base na responsabilidade e na solidariedade.

⁹³ Cf. Cristina Sá Carvalho (coord.), *Quero Descobrir. Manual do Aluno Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do ensino básico* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 109.

⁹⁴ Cristina Sá Carvalho (coord.), *Quero Descobrir. Manual do Aluno Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do ensino básico* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 116.

⁹⁵ Cf. *Ibidem*, 119.

Como exemplo de cooperação mundial, o manual do aluno dá a conhecer o *Protocolo de Quioto*⁹⁶ e algumas das medidas⁹⁷ levadas a cabo pela União Europeia. Citam-se também algumas partes do discurso⁹⁸ do Papa João Paulo II, no dia 12 de março de 1982, ao povo de Assis, reunido na Praça da Basílica de Santa Maria dos Anjos. O Papa reflete sobre a responsabilidade do ser humano relativamente às gerações futuras e reconhece a crise ecológica como um problema moral. Neste tema foca-se a questão dos prejuízos que as ações do ser humano provocam no meio ambiente.⁹⁹

O terceiro tema *A natureza na sabedoria religiosa* vai debruçar-se sobre a relação que existe entre o Criador e a criação e entre os seus elementos. Do ponto de vista do Hinduísmo, tudo é casa de Deus e, por isso, toda a criação tem um carácter sagrado. O Budismo recomenda a moderação no uso dos recursos naturais. O Judaísmo é contra os desperdícios e a destruição. O Islão defende que foi dada à humanidade o usufruto da terra, mas sem danos nem desperdícios. Relativamente ao Cristianismo são referidos os ensinamentos bíblicos, bem como, o exemplo de algumas pessoas que viveram em grande harmonia com a natureza, como é o caso de São Francisco de Assis¹⁰⁰ (1181-1226, canonizado em 1228), conhecido como o santo protetor dos animais e do meio ambiente. No manual também se pode encontrar alguns excertos de obras sobre a vida e missão de São Francisco de Assis. Foca-se a ideia de que a natureza é o local de encontro com Deus e que muitos são aqueles que louvam e dão graças a esse acontecimento.¹⁰¹

No quarto tema *Cuidar da terra, cuidar dos outros* questiona-se a relação que o ser humano tem com o seu próximo. A responsabilidade não fica só pelo meio ambiente, mas abre-se ao outro, uma vez que a degradação ambiental arrasta consigo uma maior desigualdade social. Enumeram-se algumas entidades que promovem a defesa do meio ambiente e dão-se a conhecer três: Sociedade Ponto Verde S.A., Quercus e Greenpeace. Dá-se atenção à questão da reciclagem e, por fim, faz-se um apelo para que cada pessoa adote atitudes ecológicas de responsabilidade, solidariedade e respeito.¹⁰²

⁹⁶ O Protocolo de Quioto é um tratado internacional com elevados compromissos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Cf. “Protocolo de Quioto.” Consultado a 14 de maio, 2019, https://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Quioto.

⁹⁷ Por exemplo reduzir em 8% a emissão de gases.

⁹⁸ Cf. “Discurso do Papa João Paulo II ao Povo de Assis reunido na Praça da Basílica de Santa Maria dos Anjos, sexta-feira, 12 de março de 1982.” Consultado a 14 de maio de 2019, https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/march/documents/hf_jp-ii_spe_19820312_popolo-assisi.html.

⁹⁹ Cf. Cristina Sá Carvalho (coord.), *Quero Descobrir. Manual do Aluno Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do ensino básico* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 120-122.

¹⁰⁰ São Francisco de Assis é proclamado padroeiro da ecologia pelo Papa João Paulo II a 29 de novembro de 1979.

¹⁰¹ Cf. Cristina Sá Carvalho (coord.), *Quero Descobrir. Manual do Aluno Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do ensino básico* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 123-130.

¹⁰² Cf. *Ibidem*, 131-135.

1.3. Operacionalização das Aprendizagens Essenciais na Unidade Letiva *Ecologia e Valores*

Facilmente se pode constatar que as metas curriculares propostas no programa da disciplina de EMRC estão em sintonia com o *Perfil da Aluno no Final da Escolaridade Obrigatória*. Desde a infância começa-se a inculcar no discente princípios, valores e competências.

De acordo com a *Operacionalização das Aprendizagens Essenciais*, na unidade letiva *Ecologia e Valores*, as AE (os conhecimentos, as capacidades e as atitudes), de que o aluno deve ficar capacitado são:

- Discutir o conceito de Ecologia como ponto de partida para um mundo habitável e sustentável (CN, GEO, EV, CD);
- Questionar razões e situações que conduzem a comportamentos destrutivos para com a natureza (CN, CFQ, EF, HIST, GEO, CD);
- Caracterizar algumas instituições de defesa da natureza;
- Identificar na mensagem e tradição cristã a natureza como dádiva de Deus para a felicidade do ser humano (CN, EV, GEO, CD);
- Participar em iniciativas que promovam a proteção do mundo como casa comum. (CN, EV, HIST, GEO, CD).¹⁰³

Observa-se que as AE descritas podem ser alcançadas integrando aprendizagens de outras disciplinas curriculares, como por exemplo: Ciências Naturais (CN), Geografia (GEO), Educação Visual (EV), Cidadania e Desenvolvimento (CD), Ciências Físico-Química (CFQ), Educação Física (EF) e História (HIST).

No quadro 3 descrevem-se exemplos de *Ações/Estratégias de Ensino Orientadas para o Perfil dos Alunos*, a desenvolver na disciplina, nomeadamente na unidade letiva *Ecologia e Valores* e os respetivos *Descritores do Perfil dos Alunos*.¹⁰⁴

¹⁰³ Cf. “Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico, da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, 8ºano, 3.º ciclo.” Consultado a 2 maio, 2019, <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>.

¹⁰⁴ Cf. *Ibidem*.

Ações/Estratégias de Ensino Orientadas para o Perfil dos Alunos (Exemplo de ações a desenvolver na disciplina)	Descritores do Perfil dos Alunos
<p>Promover estratégias que impliquem por parte do aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> -saber questionar uma situação; -organizar questões para terceiros, sobre conteúdos estudados ou a estudar; -interrogar-se sobre o seu próprio conhecimento prévio. 	<p>Questionador (A, F, G, I)</p>
<p>Promover estratégias que impliquem por parte do aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> -ações de comunicação uni e bidirecional; -ações de resposta, apresentação, iniciativa. 	<p>Comunicador (A, B, D, E)</p>
<p>Promover estratégias envolvendo tarefas em que, com base em critérios, se oriente o aluno para:</p> <ul style="list-style-type: none"> -se autoanalisar; -identificar pontos fracos e fortes das suas aprendizagens; -considerar o feedback dos pares para melhoria ou aprofundamento de saberes; -a partir da explicitação de feedback do professor, reorientar o seu trabalho, individualmente ou em grupo. 	<p>Autoavaliador (transversal às áreas)</p>
<p>Promover estratégias que criem oportunidades para o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> -colaborar com outros, apoiar terceiros em tarefas; -fornecer feedback para melhoria ou aprofundamento de ações. 	<p>Participativo/colaborador (B, C, D, E, F)</p>
<p>Promover estratégias e modos de organização das tarefas que impliquem por parte do aluno:</p>	<p>Responsável/ autónomo (C, D, E, F, I)</p>

-a assunção de responsabilidades adequadas ao que lhe for pedido; -organizar e realizar autonomamente tarefas; -assumir e cumprir compromissos, contratualizar tarefas; -a apresentação de trabalhos com auto e heteroavaliação.	
Promover estratégias que induzam: -ações solidárias para com outros nas tarefas de aprendizagem ou na sua organização /atividades de entreajuda.	Cuidador de si e do outro (B, E, F, G)

Quadro 3: Ações/Estratégias de Ensino Orientadas para o Perfil dos Alunos, a desenvolver na disciplina, nomeadamente na unidade letiva *Ecologia e Valores* e Descritores do Perfil dos Alunos.

De seguida, contextualiza-se o domínio de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* da Educação para a Cidadania.

2. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: contextualização de um domínio

Este tópico estrutura-se em duas partes. Na primeira, pretende-se realizar um enquadramento do domínio de *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*¹⁰⁵ e, na segunda, analisar a organização e a estrutura do *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*.

2.1. Enquadramento da Educação Ambiental para a Sustentabilidade no Currículo Nacional

A Direção-Geral da Educação indica que nos domínios de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*:

“pretende promover um processo de consciencialização ambiental, de promoção de valores, de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os alunos para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.

¹⁰⁵ De referir que o domínio de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, com base no documento intitulado *Referencial de Educação Ambiental para o Desenvolvimento*, também é denominado, de forma mais simples, por *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*.

Neste contexto, é importante que os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, capacidades fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas no mundo atual”¹⁰⁶.

A fim de as escolas compreenderem o que se pretende com o domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, a Direção-Geral da Educação publicou um *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade* dirigido à educação pré-escolar, ao ensino básico e ao ensino secundário.¹⁰⁷ Este referencial faz parte de um conjunto de referenciais preparados pela Direção-Geral da Educação no âmbito da Educação para a Cidadania.

Este domínio é abordado na Educação devido ao facto de ocorrer uma aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, da *Estratégia Nacional de Educação Ambiental*, para o período compreendido entre 2017 e 2020 (ENEA 2020),¹⁰⁸ que é consequência de um compromisso assumido entre os Ministérios do Ambiente e da Educação.

A *Educação Ambiental para a Sustentabilidade* (EAS) é um tópico muito relevante da Educação, pois é “processo de sensibilização, de promoção de valores e de mudança e de comportamentos face ao ambiente, numa perspetiva do desenvolvimento sustentável”¹⁰⁹. A *Educação Ambiental para a Sustentabilidade* está presente no currículo nacional em vários projetos desenvolvidos nas escolas e, com várias parcerias externas à escola, como por exemplo, autarquias, Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA) e outras instituições da sociedade civil.

Os valores da cidadania encontram-se consagrados nos princípios da *Lei de Bases do Sistema Educativo*,¹¹⁰ que contribui de forma significativa para a realização dos alunos, através do pleno desenvolvimento da sua personalidade, atitudes e sentido de cidadania, preparando-os para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos de modo a assegurar um desenvolvimento cívico equilibrado.

Com a *Reorganização Curricular do Ensino Básico*, em 2001, e a *Reforma do Ensino Secundário*, em 2004, a Educação para a Cidadania passou a ser “uma área transversal

¹⁰⁶Direção Geral da Educação, *Educação para a Cidadania - linhas orientadoras* (Lisboa, Ministério da Educação, 2012), 4.

¹⁰⁷ José Vítor Pedrosa (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018).

¹⁰⁸ A ENEA 2020 prevê 16 medidas enquadradas por três objetivos estratégicos: Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta e Educação Ambiental + Participada. Estes objetivos estão ao serviço de três pilares centrais da política ambiental deste Governo: descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território.

¹⁰⁹ José Vítor Pedrosa (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018), 10.

¹¹⁰ Cf. Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

obrigatória com expressão em todas as disciplinas e na organização e regras da vida da comunidade escolar”¹¹¹. Com estas medidas são implementadas no currículo do ensino básico, as áreas curriculares não disciplinares: *Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica*. Abordam-se temas como a *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*. A Educação para a Cidadania, no ensino secundário, estuda-se transversalmente em todos os programas disciplinares. Assim sendo, todos os programas curriculares passaram a integrar o desenvolvimento de competências transversais, como por exemplo: *Educação Ambiental para a Sustentabilidade, Educação Rodoviária, Educação para o Consumidor, Educação para a Saúde e Educação para os Media*.

Pelo Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho, observa-se a continuação da dimensão transversal de EAS no currículo, com as devidas revisões.

Com o Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, onde é aprovado *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* “um dos oito princípios apresentados é a Sustentabilidade, constituindo-se a Cidadania e participação um dos cinco valores e o Bem-Estar; Saúde e Ambiente uma das dez áreas de competência”¹¹².

Observe-se, seguidamente, a organização e estrutura do *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*.

2.2. Organização e estrutura do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Este documento orientador para a implementação da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade* está organizado por níveis de educação e por ciclos de ensino, com a identificação dos temas globais, subtemas, objetivos e descritores de desempenho de acordo com o nível de conhecimento e a faixa etária dos alunos.

Para incentivar à abordagem de temáticas transversais, e contribuir para uma mudança de comportamentos e atitudes, relativamente ao ambiente, por parte de todos os que estão envolvidos com o meio escolar, o referencial divide-se em temas globais e subtemas. Apresentam-se os objetivos e os descritores de desempenho, de acordo com o tema, no contexto da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*.

Observe-se que este referencial serve para apoiar e orientar os docentes, tanto na sua formação como na sua ação nas escolas, na área da Educação para a Cidadania, no domínio da EAS.

¹¹¹ José Vítor Pedrosa (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018), 11.

¹¹² *Ibidem*, 12.

Os temas propostos para este domínio, EAS, são oito: *Sustentabilidade, Ética e Cidadania; Produção e Consumo Sustentáveis; Território e Paisagem; Alterações Climáticas; Biodiversidade; Energia; Água e Solos*.¹¹³

No tema *Sustentabilidade, Ética e Cidadania* propõe-se que os alunos tenham como resultados de aprendizagem: compreender o conceito de sustentabilidade, tomar consciência de que os seus atos influenciam o ambiente (ou a qualidade do ambiente), compreender os seus direitos e deveres enquanto cidadãos face ao ambiente, adotar comportamentos que visam a preservação dos recursos naturais no presente tendo em vista as gerações futuras e adotar comportamentos que visam o bem-estar animal.¹¹⁴

No tema *Produção e Consumo Sustentáveis* os resultados de aprendizagem devem ser: tomar consciência da necessidade de adoção de práticas que visem a redução de resíduos, compreender que os resíduos contém elementos reutilizáveis ou recicláveis, compreender a necessidade de adotar práticas de âmbito pessoal e comunitário de consumo responsável, conhecer modos de produção que visam a sustentabilidade e reconhecerem que um consumo sem limites exerce demasiada pressão sobre os recursos naturais e provoca danos no ambiente.¹¹⁵

Os resultados de aprendizagem no tema *Território e Paisagem* devem ser: reconhecer a existência de diferentes tipos de paisagem, compreenderem a ligação entre os elementos da paisagem e a identidade local, identificarem dinâmicas territoriais a partir da análise de diferentes paisagens e compreenderem a necessidade da preservação e da gestão da paisagem.¹¹⁶

No tema *Alterações Climáticas* os alunos devem apresentar como resultados de aprendizagem: conhecer as causas das alterações climáticas, compreender os impactos ambientais resultantes das alterações climáticas e tomar consciência da necessidade de adotar comportamentos que visem a adaptação e mitigação face às alterações climáticas.¹¹⁷

No tema *Biodiversidade* devem apresentar os seguintes resultados nas aprendizagens: compreender a importância da Biodiversidade para o ambiente e para a humanidade, tomar consciência da importância de preservar a Biodiversidade, compreender as principais ameaças à Biodiversidade e conhecer diferentes estratégias que visam proteger a Biodiversidade.¹¹⁸

¹¹³ Cf. José Vítor Pedroso (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018), 14-15.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ *Ibidem*.

No tema sobre *Energia* são resultados de aprendizagem: conhecer diferentes fontes de energia e as vantagens e desvantagens que decorrem da sua utilização, compreender os efeitos no ambiente resultantes do modelo energético vigente até aos nossos dias, reconhecer a necessidade de adotar modelos que promovam a eficiência energética e procurar soluções de âmbito pessoal e comunitário a fim de avançar para o uso eficiente e sustentável de energia.¹¹⁹

No tema *Água* apresenta um leque mais alargado de resultados de aprendizagem, em relação aos outros temas. A saber: compreender a importância da água como recurso essencial à existência da vida no planeta, assumir comportamentos que refletem o respeito e valorização da água enquanto recurso, compreender os principais desafios que se colocam à utilização racional da água, compreender as possíveis consequências da contaminação da água na vida das atuais e futuras gerações, compreender como é que o oceano influencia o clima, reconhecer o oceano como fonte de bens e serviços, conhecer a importância dos oceanos para a sustentabilidade do planeta e adotar comportamentos que visam a preservação dos oceanos.¹²⁰

A terminar, no oitavo tema *Solos* os resultados de aprendizagem devem ser: compreender o papel fundamental do solo, compreender que o solo não é um recurso renovável, tomar consciência das principais ameaças ao solo, compreender que as atividades humanas são as principais responsáveis pela degradação do solo e reconhecer a necessidade de adotar práticas sustentáveis no uso do solo.¹²¹

Cada tema apresentado tem associado vários subtemas e a cada subtema corresponde um ou dois objetivos de aprendizagem. Nem todos os subtemas são propostos no ensino pré-escolar, 1.º ciclo e 2.º ciclo, mas são todos propostos para abordagem no 3.º ciclo e ensino secundário.

Em resumo, o quadro 4¹²² explicita a associação dos subtemas aos respetivos objetivos.

Temas	Subtemas	Objetivos
I Sustentabilidade, Ética e Cidadania	A - Pilares da Sustentabilidade	Compreender os pilares da sustentabilidade.
	B - Ética e Cidadania	Compreender a importância da ética e da cidadania nas questões ambientais e da sustentabilidade.
		Assumir práticas da cidadania.

¹¹⁹ *Ibidem.*

¹²⁰ *Ibidem.*

¹²¹ *Ibidem.*

¹²² Cf. José Vítor Pedroso (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018), 16-19.

	C - Responsabilidade Intergeracional	Compreender o impacto das atividades e atitudes humanas num contexto de recursos naturais.
		Compreender as consequências do esgotamento dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.
	D - Redução da Pobreza	Conhecer os riscos conducentes a situações de pobreza (económicos, sociais e ambientais).
		Participar em iniciativas de âmbito local ou a outras escalas que visem a redução da pobreza.
II Produção e Consumo Sustentáveis	A - Resíduos	Conhecer o ciclo de vida de diferentes bens de consumo.
		Incorporar práticas de consumo responsável.
	B - Economia Verde	Compreender o conceito de economia verde.
	C - Rotulagem (bens e serviços)	Compreender a importância da informação existente nos rótulos dos bens e serviços para a decisão de um consumo responsável.
	D - Modos de produção sustentáveis	Compreender a necessidade de adotar processos de produção agrícola ambientalmente sustentáveis.
	E - Qualidade de vida	Compreender o conceito de qualidade de vida
III Território e Paisagem	A - Litoral	Relacionar o fenómeno de litoralização com as ameaças aos ecossistemas.
		Participar em campanhas de monitorização de troços do litoral, num exercício de ciência participativa (citizen science) visando a identificação de problemas e a proposta de soluções de sustentabilidade.
	B - Paisagem	Associar elementos da paisagem à identidade local (património natural e património construído).
		Caracterizar paisagens no espaço e no tempo tendo em conta o património.

	C - Dinâmicas territoriais	Compreender a interligação entre os fatores naturais, económicos e socioculturais na construção do território e das paisagens.
		Inventariar elementos da paisagem que permitam caracterizar a multifuncionalidade do território e as suas dinâmicas territoriais (espaços rurais e espaços urbanos/espaços naturais e espaços humanizados).
	D - Objetivos de Qualidade de Paisagem	Conhecer exemplos concretos de estratégias de envolvimento da população e dos agentes locais na definição dos objetivos que visem a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.
		Definir objetivos de qualidade da paisagem à escala local, valorizando o trabalho de campo.
IV Alterações Climáticas	A - Causas das alterações climáticas	Conhecer as causas das alterações climáticas a diferentes escalas.
	B - Impactes das alterações climáticas	Analisar os diferentes impactes das alterações climáticas.
		Participar em ações de sensibilização sobre os impactes das atividades humanas nas alterações climáticas.
	C - Adaptação às alterações climáticas	Compreender a necessidade da adoção de medidas de adaptação para fazer face aos riscos e impactes resultantes das alterações climáticas.
		Implementar práticas de adaptação às alterações climáticas nos contextos familiar e comunitário.
D - Mitigação às alterações climáticas	Compreender a importância da adoção de atitudes, comportamentos, práticas e técnicas conducentes à redução das emissões de gases com efeito de estufa.	

		Participar de forma integrada com diferentes atores sociais, na escola e na família, em ações que minimizem o impacto, a nível local, das atividades humanas nas alterações climáticas.
V Biodiversidade	A - A importância da Biodiversidade	Compreender o conceito de Biodiversidade.
		Conhecer os principais ecossistemas do planeta.
	B - Biodiversidade enquanto recurso	Conhecer as espécies animais e vegetais mais emblemáticas no território nacional.
		Conhecer o papel dos serviços dos ecossistemas, de preferência com enquadramento na grelha do MEA (Millennium Ecosystem Assessment).
	C - Principais ameaças à Biodiversidade	Analisar as principais ameaças à Biodiversidade a diferentes escalas.
		Denunciar situações de ameaças à Biodiversidade.
D – Estratégia para a conservação da Biodiversidade	Conhecer os parques naturais e áreas protegidas de Portugal como parte da estratégia para a conservação da Biodiversidade.	
	Apresentar propostas para a conservação da Biodiversidade em casos concretos.	
VI Energia	A - Recursos energéticos	Conhecer as diferentes fontes de energia e vantagens/desvantagens da sua utilização.
	B - Problemas energéticos do mundo atual	Avaliar as implicações sociais e ambientais do modelo energético vigente baseado essencialmente no recurso aos combustíveis fósseis.
	C - Sustentabilidade energética	Reconhecer o uso de energias renováveis e a promoção da eficiência energética como dois pilares fundamentais para a sustentabilidade energética.

		Participar em ações de promoção da eficiência energética.
	D - Mobilidade sustentável	Relacionar a mobilidade sustentável com a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida.
		Intervir junto das autoridades competentes, designadamente as autarquias, com propostas conducentes à promoção da mobilidade sustentável.
VII Água	A - Importância da água para a vida na Terra	Compreender a importância da água no planeta enquanto recurso e suporte da vida.
		Assumir comportamentos ambientalmente responsáveis que respeitem e valorizem a água.
	B - Problemáticas ambientais associadas à água doce	Conhecer os principais problemas e desafios ambientais, sociais e económicos associados à água (desperdício, contaminação, escassez, conflitos, seca).
		Atuar de forma a minimizar as problemáticas-sócio ambientais associadas à água.
	C - Literacia dos oceanos	Compreender a importância dos oceanos para a sustentabilidade do planeta.
Participar em ações que visem a preservação dos oceanos.		
D - Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos	Contribuir, através de ações de participação pública, para a definição de estratégias locais de gestão sustentável dos recursos hídricos.	
VIII Solos	A - Solo enquanto recurso	Relacionar tipos de solos com as suas diferentes aptidões.
		Participar em ações que promovam boas práticas de agricultura sustentável.
	B - Uso e Abuso	Reconhecer comportamentos que levam à degradação dos solos, ou à sua regeneração.

		Inventariar exemplos de degradação dos solos e de boas práticas para a sua utilização a diferentes escalas.
	C - Mitigação e adaptação	Compreender a importância da adoção de comportamentos, práticas e técnicas adequados à conservação dos solos.
		Compreender o impacto das alterações climáticas na degradação dos solos e na desertificação.

Quadro 4: Temas, subtemas e objetivos no domínio da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*.

Partindo da contextualização da unidade letiva *Ecologia e Valores* e do domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, no próximo tópico procede-se a uma análise comparativa dos seus pontos convergentes e divergentes.

3. Pontos convergentes/ divergentes entre a unidade letiva *Ecologia e Valores* e o domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*

A pertinência da unidade letiva *Ecologia e Valores*, no currículo nacional do ensino básico, assim como, do domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, são inquestionáveis. A problemática abordada por estas disciplinas é atualíssima e exige um compromisso de intervenção cada vez mais urgente.

Os dois últimos séculos foram mais agressivos para o planeta do que os milénios anteriores. Pode-se considerar que, na relação com o planeta Terra, a responsabilidade recai exclusivamente no ser humano e no seu desejo de progresso a todo custo. Assim, o ser humano é vítima da degradação ambiental mas, também, o seu maior causador. Este ponto de vista é transversal com o domínio de *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* e a unidade letiva *Ecologia e Valores*.

Quer na unidade letiva da disciplina de EMRC, quer no domínio da EC procura-se consciencializar os alunos para a problemática ecológica, não só mostrando o que, perigosamente, o ser humano faz ao planeta mas, também, levando cada um a assumir uma posição interventiva, ou seja, um compromisso ativo. Assim, os alunos ao longo da exploração da unidade letiva e dos subtemas do domínio sobre *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* conhecem as consequências nocivas das ações humanas sobre o meio ambiente e, acima de tudo, o que podem e devem fazer para minimizar essas consequências. Pretende-se

que assumam a consciência da sua responsabilidade mas a caridade no cuidado da casa comum só o conseguirão com os conhecimentos dos conteúdos abordados na unidade letiva *Ecologia e Valores*.

É ponto de convergência entre o domínio de *Educação para a Sustentabilidade e Desenvolvimento* e a unidade letiva *Ecologia e Valores* cuidar do meio ambiente mas, cuidar do seu próximo, como medida de resolução das desigualdades, só é verdadeiramente desenvolvido do ponto de vista cristão, ou seja, do ponto de vista da EMRC.

Com a lecionação da unidade letiva *Ecologia e Valores* o tema da pobreza é colocado em evidência como um dos elementos principais de ligação entre a crise ecológica e a crise humanitária, entre a degradação ambiental e a degradação humana e social. É nesta abordagem que reside uma das especificidades da disciplina de EMRC em relação à disciplina de EC que, também aborda este tema no domínio sobre *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*.

Os conteúdos lecionados na unidade letiva *Ecologia e Valores* orientam-se no sentido de superar o problema da crise ecológica, consciencializando os alunos de que não se habita sozinho no planeta. Portanto, o ser humano, os animais e todo o meio ambiente são partes integrantes do planeta. Pode-se falar de uma correlação, uma vez que uns interagem com os outros. No respeito por esta correlação, esta interligação, preocupação, responsabilidade e solidariedade encontra-se um caminho para um mundo melhor, mais sustentável e habitável.

Pretende-se que os alunos desenvolvam progressivamente o sentido de corresponsabilidade. Para clarificar este tópico os autores do manual escolar, 8.º ano do ensino básico, tal como o Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato si sobre o cuidado da casa comum*, recorrerem ao exemplo de São Francisco de Assis, evidenciando a sua vida e a sua obra.

Em comum, solicita-se que se pense a longo prazo, que se pense não só nos que habitam hoje a Terra mas, também, naqueles que ainda vão existir nesta casa comum. E é obrigação dos alunos, na sua passagem pela Terra, deixarem-na um pouco melhor.

No entanto, o domínio da *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* fica pela mera enumeração de causa e efeitos ou da importância da reciclagem, mas no âmbito da *Ecologia e Valores* abre-se o horizonte para a problematização ética: o que é que eu posso e devo fazer uma vez que sou parte integrante do problema e da solução? Existe uma problematização e uma tomada de consciência e aceitação livre do compromisso de corresponsabilidade.

Particularmente, na unidade letiva *Ecologia e Valores*, e porque os valores são o fundamento e a grande preocupação da educação, a ecologia está associada a valores como a gratidão, o cuidado, o respeito, a responsabilidade e a fraternidade.

Nos dois domínios do saber revelam-se preocupações, alertando para os direitos e deveres de todos, a nível mundial, de forma a preservar e proteger a integridade do ecossistema terrestre.¹²³

Analisando o quadro 5, que é uma relação entre os conteúdos da unidade letiva *Ecologia e Valores* e os temas do domínio de *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, verifica-se que os primeiros cinco conteúdos, da unidade letiva, se interligam com o primeiro tema da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, ou seja, *Sustentabilidade, Ética e Cidadania*. Sabe-se que é objetivo comum a estes conteúdos que o aluno reconheça na dignidade humana a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus.¹²⁴ Os objetivos propostos no primeiro tema *Sustentabilidade, Ética e Cidadania* podem ajudar o aluno a compreender os pilares da sustentabilidade; a compreender a importância da ética e da cidadania nas questões ambientais e da sustentabilidade; a assumir práticas de cidadania; a compreender o impacto das atividades e atitudes humanas num contexto de recursos naturais; a compreender as consequências do esgotamento dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras; a conhecer os riscos conducentes a situações de pobreza (económicos, sociais e ambientais) e a participar em iniciativas de âmbito local ou a outras escalas que visem a redução da pobreza.¹²⁵

Nos dois conteúdos seguintes da unidade letiva *Ecologia e Valores* em que o objetivo comum é “interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza”¹²⁶ por parte dos alunos, parece sensato fazer a ponte com os temas mais específicos do domínio da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, como é o caso da *Produção e Consumo Sustentáveis*; do *Território e Paisagem*; das *Alterações Climáticas*; da *Energia*; da *Água* e dos *Solos*. Estes temas estão relacionados com a ação humana sobre a natureza. Observe-se que quem produz e consome é o ser humano, quem influencia nas mudanças drásticas no território e da paisagem é o ser humano, quem é o principal causador das alterações climáticas é o ser humano, quem consome energia não renovável e pode ajudar na produção de energia renovável é o ser humano e quem utiliza a água e os solos de modo irresponsável é o ser humano.

¹²³ Cf. Aida Guerra Silva “A Ecologia na educação moral”, in *Fórum de EMRC* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2005), 192.

¹²⁴ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 92.

¹²⁵ Cf. José Vítor Pedrosa (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018), 16.

¹²⁶ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 92.

<i>Ecologia e Valores</i>	<i>Educação Ambiental para a Sustentabilidade</i>
O mundo é a nossa casa.	I – Sustentabilidade, Ética e Cidadania A - Pilares da Sustentabilidade B - Ética e Cidadania C - Responsabilidade Intergeracional D - Redução da Pobreza
A ecologia como reflexão acerca da casa de todos os seres humanos, dádiva de Deus.	
Tudo na natureza está interligado: a relação dos seres vivos entre si e a relação do ser humano com os outros seres vivos.	
O ser humano é o cume de toda a natureza. É a obra-prima de Deus a quem foi confiado o cuidado de todas as outras realidades: Sl 8,4-7.	
A natureza existe em função da felicidade do ser humano, mas tem também autonomia que deriva de ter sido criada por Deus e por ele amada.	
A destruição do ambiente vital onde todos habitamos: <ul style="list-style-type: none"> • O esgotamento dos recursos naturais, a desertificação, a extinção dos habitats e das espécies, a poluição, o aumento da temperatura média global, o ‘buraco’ na camada de ozono. • O mau uso dos recursos a nível individual. 	II – Produção e Consumo Sustentáveis A - Resíduos B - Economia Verde C - Rotulagem (bens e serviços) D - Modos de produção sustentáveis E - Qualidade de Vida III – Território e Paisagem A - Litoral B - Paisagem C - Dinâmicas territoriais D - Objetivos de qualidade de paisagem IV – Alterações Climáticas A - Causa das alterações climáticas B - Impactos das alterações climáticas C - Adaptação às alterações climáticas D - Mitigação às alterações climáticas
Razões que conduzem ao comportamento destrutivo: o egoísmo; o desenvolvimento direcionado para o lucro e não para o bem-estar global; a vontade de obter condições de bem-estar no imediato sem prevenir as consequências negativas a	VI – Energia A - Recursos energéticos B - Problemas energéticos do mundo atual C - Sustentabilidade energética D - Mobilidade sustentável VII – Água A - Importância da água para a vida na Terra

médio ou longo prazo; e a subordinação da política à economia.	<p>B - Problemáticas ambientais associadas à água doce C - Literacia dos oceanos D - Gestão sustentável dos recursos hídricos</p> <p>VIII – Solos A - Solo enquanto recurso B - Uso e abuso C - Mitigação e adaptação</p>
O “Criado” nas várias tradições religiosas.	
A experiência da gratidão em relação ao Deus que na criação se dá e tudo nos oferece.	
O reconhecimento da natureza como lugar permeado pela presença de Deus.	
A natureza como local onde se pode fazer a experiência do encontro com Deus.	
A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo.	
A responsabilidade em relação às gerações vindouras.	
Instituições de defesa da natureza: objetivos e atuações.	
Dn 3,57-82: Todas as criaturas, bendizeis o Senhor!	<p>V- Biodiversidade A - Importância da Biodiversidade B - Biodiversidade enquanto recurso C - Principais ameaças à biodiversidade D - Estratégia para a conservação da biodiversidade</p>
O exemplo de S. Francisco de Assis e a irmã Natureza.	
Como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo.	

Quadro 5: Conteúdos da unidade letiva *Ecologia e Valores* e temas, e subtemas, do domínio *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*.

Nos conteúdos cujo objetivo é “conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local de encontro com Deus”¹²⁷ não se verifica uma convergência com nenhum tema da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, pois são conteúdos muito específicos da visão cristã.

Por fim, os três últimos conteúdos da unidade letiva *Ecologia e Valores*, interligam-se com o tema da *Biodiversidade*, do domínio da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*. Apesar de ser objetivo comum aos três conteúdos “reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza”¹²⁸ parece decisivo “compreender o conceito de Biodiversidade, conhecer os principais ecossistemas do planeta; conhecer as espécies animais e vegetais mais emblemáticas no território nacional; conhecer o papel dos serviços dos ecossistemas (...); analisar as principais ameaças à Biodiversidade a diferentes escalas; denunciar situações de ameaças à Biodiversidade; (...) apresentar propostas para a conservação da Biodiversidade em casos concretos”¹²⁹.

Pode-se concluir que quer a *Ecologia e Valores*, quer a *Educação Ambiental para a Sustentabilidade* são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem dos alunos inseridos no ensino regular, em Portugal. Complementam-se e não se deve menosprezar uma em favor da outra. Os fundamentos da unidade letiva *Ecologia e Valores* estão numa base Cristã, enquanto que os fundamentos da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade* estão numa base social, política e económica. Cada uma tem a sua especificidade, mas observa-se que muitos dos conteúdos propostos na unidade letiva *Ecologia e Valores* podem apoiar-se nos temas do domínio da *Educação Ambiental para a Sustentabilidade*. O contrário também deverá ser válido.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ José Vítor Pedroso (coord.), *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (Lisboa, Ministério da Educação, 2018), 18.

CAPÍTULO III – PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA DA UNIDADE LETIVA *ECOLOGIA E VALORES*

Para melhor exercer a profissão de docente, deve-se conhecer a realidade no qual se realiza a Prática de Ensino Supervisionada (PES). Assim, este capítulo divide-se em cinco tópicos. No primeiro tópico faz-se uma caracterização do Agrupamento de Escolas com base no seu Projeto Educativo. No segundo tópico procede-se a uma caracterização cognitiva dos alunos que estão a frequentar o 8.º ano de escolaridade e no tópico seguinte caracteriza-se os alunos da turma 8.º 1.ª. No quarto tópico planifica-se a unidade letiva *Ecologia e Valores*, do 8º ano do 3º ciclo do ensino básico, do programa de EMRC, com descrição das aulas lecionadas. Por fim, avalia-se a Prática de Ensino Supervisionada.

1. Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches (AEFS) é constituído por sete estabelecimentos de ensino e educação desde o ensino pré-escolar até ao 3.º ciclo do ensino básico. A escola sede é a Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos Dr. Francisco Sanches, e os outros seis estabelecimentos de ensino do Agrupamento são: Escola Básica com 1.º ciclo da Misericórdia, Escola Básica com 1.º ciclo e Jardim de Infância Quinta da Veiga, Jardim de Infância Quinta das Fontes, Escola Básica com 1.º ciclo e Jardim de Infância das Enguardas, Escola Básica com 1.º ciclo de S. Vítor e Escola Básica com 1.º ciclo e Jardim de Infância Bairro da Alegria.¹³⁰

Segundo o *Projeto Educativo*, no ano escolar de 2017/2018, o total de alunos no agrupamento, é de 1665 alunos no Agrupamento.¹³¹ Sabe-se que os estabelecimentos de ensino referidos anteriormente pertencem às freguesias de S. Vítor e S. Vicente, na zona urbana do conselho de Braga, que apresentam uma grande densidade populacional, e também incluem alguns bairros sociais.

O Agrupamento abrange uma área populacional com diferentes extratos sociais, culturais e económicos, assim como uma comunidade com população emigrante oriunda de outros países e com língua materna diferente do Português. No entanto, verifica-se que maioritariamente os alunos são de nacionalidade brasileira.¹³²

No ano de 2009 o a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches “foi definida como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), tendo esta

¹³⁰ Cf. Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, “Projeto Educativo de 2018-2022.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://www.aefranciscosanches.pt/Prejeto_Educativo_2019.pdf.

¹³¹ Cf. *Ididem*, 7.

¹³² Cf. *Ididem*, 8.

decisão sido considerada a melhor solução estratégica para que o Agrupamento se constituísse como uma resposta efetiva face ao território social e economicamente vulnerável em que se circunscreve, tendo como núcleo prioritário as crianças e os jovens desse território e as suas famílias, o acompanhamento dos processos de estudo e a participação nas dinâmicas escolares”¹³³.

No AEFS desenvolvem-se muitos projetos,¹³⁴ salientam-se:

- O projeto *Uma Escola do Tamanho do Mundo* integrado no Programa REEI, Rede de Escolas de Educação Intercultural, da iniciativa conjunta do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM), do Ministério da Educação (DGE) e da Fundação Aga Khan Portugal;
- Projetos internacionais *Erasmus + Emoti@ns* e *Nestt e Together Now for Tomorrow* (TNT);
- *Sala Multifunções* e *Estúdio de Aprendizagem*, resultado da participação do agrupamento no Orçamento Participativo Escolar do Município de Braga;
- Projeto “*Escolas Solidárias-Fundação EDP*”, tendo o AEFS obtido os prémios ‘Revelação’ (2015/2016), ‘Distinção’ (2016/2017) e, por último, ‘SuperEscola’ (2017/2018), distinções que valem pelo que significam - o reconhecimento externo do AEFS enquanto agrupamento solidário;
- Concurso “*Escola Alerta!*”, promovido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., cuja participação, ao longo dos anos, permitiu que o agrupamento granjeasse três prémios distritais e três prémios nacionais, o último dos quais o 3.º lugar nacional na categoria 2, para alunos dos 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário;
- Projeto “*Apps for Good*” - programa educativo tecnológico que procura desenvolver soluções tecnológicas entre alunos e professores - no qual o agrupamento foi um dos vencedores da competição regional com a apresentação da app “*Help2Learn*” (<http://bit.ly/help2learn>);
- o Selo “*Escola SaudavelMente-Boas Práticas em Saúde Psicológica e Sucesso Educativo*”, atribuído pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, que distingue as boas práticas do GAAF do agrupamento.

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches tem como missão, segundo o enquadramento do *Projeto Educativo para o quadriénio 2018-2022*, “criar as oportunidades

¹³³ *Ibidem*, 3.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*, 14.

que cada um dos estudantes necessita para que adquira e desenvolva as competências, enquanto combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, concordantes com o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* e no tempo mínimo considerado nos normativos legais”¹³⁵.

O *Projeto Educativo* defende “um modelo educativo transformador para a cidadania e fundado nos princípios do reconhecimento da dignidade da pessoa humana, da interculturalidade (da centralidade da relação), da reflexão, da intervenção, da educação para a paz, da autonomia, da cooperação e da inovação”¹³⁶ de forma a alcançar duas metas fundamentais: ser uma escola de cidadania e ser uma escola de qualidade.

No *Projeto Educativo* procede-se a uma antevisão dos resultados que se pretendem atingir, para o AEFS no ano de 2022 ou seja, a melhoria das aprendizagens dos alunos; a melhoria dos resultados escolares externos, em linha com a melhoria dos resultados internos; a taxa de insucesso escolar zero; o abandono escolar inexistente; o absentismo tendencialmente zero; as ofertas formativas diversificadas para os alunos, concordantes com as suas características; ser uma Escola reconhecidamente solidária, intercultural e inclusiva; ser uma escola reconhecida pelas aprendizagens promotoras de efetiva cidadania; ser uma escola de referência na comunidade local enquanto foco de divulgação e dinamização cultural diversificada.¹³⁷

2. Caraterização dos alunos do 8º ano de escolaridade

Os alunos no 8.º ano de escolaridade encontram-se no estágio de desenvolvimento cognitivo, denominado de operações formais (dos onze aos dezasseis anos), significa que o aluno “tem maior capacidade para examinar os dados do ponto de vista lógico, antes de chegar a uma conclusão”¹³⁸. Outra mudança muito importante

“é a capacidade do adolescente para pensar sobre o seu próprio pensamento e sobre o pensamento dos outros. Esta nova capacidade é designada pelo termo metacognição. Esta forma de autorreflexão permite um amplo alargamento da imaginação. As ideias podem ser experimentadas a nível mental. Adicionalmente, os adolescentes podem tomar consciência da forma como conhecem para além daquilo que conhecem. Um outra importante característica da adolescência é o tomar consciência da variedade de estratégias de aprendizagem que poderão ser utilizadas. Isto significa que as oportunidades de autocorreção a nível de resolução de problemas são muito maiores. Os adolescentes podem falar consigo próprios, processo este por vezes designado

¹³⁵ *Ibidem*, 24.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Cf. *Ibidem*.

¹³⁸ Norman A. Sprinthall e Richard C. Sprinthall, *Psicologia Educativa. Uma Abordagem Desenvolvimentista* (Lisboa, Mc Graw-Hill de Portugal Lda, 1990), 111.

diálogo interno, e chegar a novas formas de compreensão sem necessitar de testar de facto cada solução, na realidade concreta”¹³⁹.

Nesta fase, os adolescentes desenvolvem o pensamento perspetivista que está intimamente relacionado com a metacognição, surge uma nova consciência sobre o facto de pessoas diferentes terem pensamentos diferentes sobre a mesma ideia ou situação. É como se compreendessem que as outras pessoas têm interesses, conhecimentos e formas de pensar diferentes das suas. Logo que a capacidade de pensar abstratamente se desenvolve, os alunos são capazes de construir estratégias lógicas, racionais e abstratas. Os significados simbólicos, as metáforas e as analogias podem agora ser compreendidos. As histórias com sentido moral podem ser generalizadas. Podem utilizar-se jogos e simulações de forma a que o aluno perceba as suas implicações. Outras formas de estimular o pensamento abstrato são o visionamento de filmes ou vídeos e a participação em atividades artísticas, tais como a pintura, o drama, a dança e a música. Durante este estágio, escrever poemas é mais eficaz do que ler poemas; fazer filmes é mais eficaz do que visioná-los; participar numa dramatização de improviso é mais eficaz do que observá-la.¹⁴⁰

3. Caracterização dos alunos da turma 8.º 1.ª

A Prática de Ensino Supervisionada realiza-se numa turma do 8.º ano de escolaridade, do 3.º ciclo, da Escola Básica Dr. Francisco Sanches, da rede de escolas públicas do conselho de Braga.

A turma é composta por 23 alunos, sendo que 22 estão inscritos na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Dos alunos inscritos na disciplina, 14 são do género feminino e 8 são do género masculino. As suas idades variam entre os 13 e os 15 anos. Do total de alunos 4 são provenientes do Brasil.

A turma participa ativamente nos projetos da escola, destacando-se principalmente o Desporto Escolar, nomeadamente nas modalidades de Natação e Badminton.

A generalidade da turma é participativa nas atividades propostas em sala de aula. Por vezes podem-se distrair durante o processo de ensino-aprendizagem, mas chamados à atenção pela professora estagiária eles alteram positivamente o seu comportamento.

Ao nível do aproveitamento, a turma caracteriza-se pelo baixo rendimento escolar e, na generalidade, apresentam dificuldades ao nível do raciocínio lógico e abstrato, no entanto, existem dois ou três alunos que se destacam na turma devido ao seu bom aproveitamento.

¹³⁹ *Ibidem*, 112.

¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 112-113.

Considerando os tópicos anteriores apresenta-se no tópico seguinte uma planificação para a unidade letiva *Ecologia e Valores*, do 8.º ano de escolaridade, do 3.º ciclo.

4. Planificação e descrição das aulas

A unidade letiva *Ecologia e Valores* é a quarta unidade letiva do programa do 8.º ano do ensino básico da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Propôs-se a sua lecionação para o início do segundo período do ano letivo 2018/2019.

Com esta unidade pretende-se atingir as seguintes metas curriculares:

B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história;

C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas;

J. Descobrir a simbólica cristã;

O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, comunidade e o mundo.

Dada a situação ecológica atual, a lecionação torna-se pertinente para a formação integral dos alunos. É importante incentivá-los a tomarem “consciência e responsabilidade” em relação ao planeta Terra, visto que, para já, é o único espaço onde o ser humano pode viver.

O tema da *Ecologia e Valores* apresenta elementos capazes de sensibilizar os alunos, crentes ou não crentes, para os cuidados da nossa “Casa Comum”. Um apoio forte na lecionação desta unidade é o recurso à Carta Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, como estratégia para um ensino-aprendizagem mais enriquecedor. É atual e aborda a problemática ecológica.

A Prática de Ensino Supervisionada realiza-se em cinco tempos letivos, com a duração, da cada um de cinquenta minutos, e neste tópico apresentam-se cada uma das aulas que compõem a planificação, bem como as respetivas grelhas.

São as seguintes aulas:

Aula 1 – *O mundo é a nossa casa*

Conceito de ecologia

Aula 2 – *Ação humana sobre a natureza*

Papa Francisco e a Carta Encíclica Laudato Si

Aula 3 – *São Francisco de Assis*

Aula 4 – *Jogo de Memória: Ecologia e Valores*

Aula 5 – *Instituições de defesa da natureza*

Na planificação da unidade letiva escolhe-se, como metodologia de revisão dos conceitos abordados na aula, a construção do sumário, no final da aula, com a colaboração dos alunos. Como é algo que necessita de algum tempo e cuidado, caso não tenha sido possível efetuar na aula, deverá realizar-se na aula seguinte, em modo de acolhimento. Servindo para

que os alunos revejam os conteúdos abordados na aula anterior e dar continuidade aos conteúdos da aula seguinte.

A estratégia mais utilizada para a construção de conhecimento baseia-se na constante interação entre a professora estagiária e os alunos. Será dada particular atenção aos alunos que são menos participativos, oralmente, incentivando-os e motivando-os a responderem às questões colocadas, como seja a expressarem a sua opinião.

A terminar a lecionação desta unidade letiva, é suposto que os alunos tenham uma perspetiva mais refletida e consciencializada da Ecologia, particularmente de Ecologia Integral apresentada pelo Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato Si*.

4.1. Aula 1 - O mundo é a nossa casa

Conceito de Ecologia

No início da primeira aula a docente estagiária apresenta-se aos alunos, e vice-versa, visto que só existiu contato da professora com os alunos apenas uma vez antes da respetiva lecionação. Seguidamente, apresenta-se os objetivos, que se pretende que os alunos atinjam no final da lecionação e é proposto como tarefa, para apresentação na última aula, a realização de uma máscara ou fantasia para o Carnaval, utilizando para a sua construção a reutilização embalagens.

Depois de apresentar a unidade letiva questiona-se os alunos “que outros seres fazem parte do planeta Terra e existem lado a lado com a humanidade?”. Os alunos apresentam as mais diversas respostas, como por exemplo: os animais e as plantas. A partir dos exemplos apresentados, pretende-se que concluem que todos estão interligados e estão interdependentes. Posteriormente, em reflexão conjunta, chega-se à palavra biodiversidade, ou seja, diversidade de vidas, de seres, e que estes coexistem num espaço geográfico delimitado, em relação e interação entre si e o ambiente, o que se denomina por Ecossistema.

Com recurso à exploração de imagens, pretende-se que os alunos compreendam que existem situações em que o ser humano não respeita a biodiversidade. Por isso, propõe-se que na aula seguinte tragam exemplos de imagens ou notícias, das quais farão a apresentação à turma.

Seguidamente, após a formação de grupos de três a quatro elementos, executa-se a atividade com as letras SOIOK, escritas em cartões. Os discentes tentem formar o máximo de palavras possíveis, apelando-se à criatividade e tendo em conta se alguma faz sentido, ou se conseguem pronunciar alguma das palavras formadas.

Com o recurso a esta metodologia, a maioria dos grupos deve perceber que a palavra que mais faz sentido é a palavra OIKOS. Em síntese, projeta-se o significado desta. É uma

palavra grega e significa habitação. Está relacionada com a palavra Ecologia. Desta forma, pretende-se que os alunos entendam o significado de Ecologia.

Por fim, é facultado aos alunos uma ficha de trabalho com um crucigrama, figura 1, para a sistematização dos conhecimentos.

1										
2				E						
			3							
			4							
		5								
6										
7										

1. A ciência que estuda ambientes, populações humanas, tecnologia e organização social.
2. O que podes encontrar no planeta Terra.
3. O planeta Terra é a nossa...
4. Habitação, em grego.
5. Seres vivos de origem vegetal.
6. O conjunto de todos os organismos que coexistem num espaço geográfico delimitado, bem como as relações e interações entre si e o seu ambiente é um...
7. Seres vivos que também fazem parte da biodiversidade.

Figura 1: Crucigrama para consolidação de conhecimentos

4.2. Aula 2 – Ação humana sobre a natureza

Papa Francisco e a Carta Encíclica Laudato Si

Depois dos momentos iniciais, recorda-se através do diálogo, os conceitos abordados na aula anterior, e posteriormente questiona-se e reflete-se sobre algumas notícias trazidas pelos alunos, como proposto na aula anterior.

Através das notícias trazidas pelos alunos pretende-se refletir sobre as razões e situações que conduzem a comportamentos destrutivos para com a natureza. Após esta interação dialógica, como estratégia, visualiza-se uma animação sobre a Carta Encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco, pois é o mais recente contributo do Magistério da Igreja *Sobre o Cuidado da Casa*

Comum. Sendo esta, o ponto de partida para os alunos tomarem consciência e responsabilidade da Casa Comum que todos os seres humanos possuem.

Por fim, para finalização da aula, realiza-se uma ficha de trabalho que sistematiza o conhecimento transmitido pela animação.

4.3. Aula 3 – São Francisco de Assis

No seguimento da aula anterior, para a correção da ficha de trabalho realizada no momento final da aula anterior, visualiza-se outra vez a animação sobre a Carta Encíclica *Laudato Si*. Finaliza-se a última atividade proposta na aula anterior.

Seguidamente, ilustra-se, com o auxílio do projetor multimédia, qual o objetivo proposto pelo Papa Francisco. É ilustrado aos alunos que a crise ecológica pode ser resolvida através do diálogo.

Em consequência do título escolhido pelo Papa Francisco da encíclica, apresentada aos alunos, *Laudato Si*, informa-se que este é baseado no *Cântico do Irmão Sol* de São Francisco de Assis. De forma a explorar a importância deste no contexto da unidade letiva, faz-se uma exposição da biografia de São Francisco de Assis. Depois, fazendo uma leitura do grandioso cântico de São Francisco de Assis, o *Cântico das Criaturas*, pretende-se que os alunos compreendam que nas obras e vida de São Francisco de Assis está uma bela e boa síntese do que é a ecologia integral ao qual o Papa Francisco, aborda-a no capítulo IV da encíclica apresentada.

Abordam-se as palavras da fraternidade, do arrependimento e do perdão que são indispensáveis na relação normal entre os seres humanos, ao qual o Papa Francisco diz “recordemos o modelo de São Francisco de Assis, para propor uma sã relação com a Criação como dimensão da conversão integral da pessoa. Isto exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências e arrepende-se de coração, mudar a partir de dentro”¹⁴¹.

No final da aula sintetiza-se que o *Cântico das Criaturas* possui os pressupostos e valores em que se apoia e desenvolve uma ecologia integral à luz de São Francisco de Assis, ou seja, a fé no mesmo Deus Criador; o respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana e o respeito e os cuidados pelo universo criado.

¹⁴¹ Papa Francisco, “Carta Encíclica *Laudato Si*, de 24 de maio de 2015, n.º218.” Consultado a 20 de maio, 2019, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

4.4. Aula 4 – Jogo de Memória: Ecologia e Valores

Esta aula orienta-se para identificar na mensagem e tradição cristã a natureza como dádiva de Deus para a felicidade do ser humano.

Com o recurso ao jogo de memória, elaborado pela professora estagiária, com as seguintes regras:

- Fazer equipas de 2 elementos;
- Jogar uma equipa contra outra;
- Embaralhar os cartões e colocá-los virados para baixo, em cima da mesa;
- Uma equipa de cada vez, tenta identificar dois cartões que tem palavras iguais, caso não aconteça colocar no mesmo local e virados outra vez para baixo os cartões;
- Se identificarem dois cartões com a mesma palavra, devem construir uma pequena frase na qual seja incluída a palavra descoberta;
- Ganha a equipa que identificar mais cartões iguais e realizar frases com as palavras descobertas;
- Nota: As equipas devem registar as frases elaboradas durante a realização do jogo, na folha facultada.

Para sistematização dos conhecimentos, os alunos leem as frases elaboradas aos restantes colegas da turma e realiza-se uma reflexão sobre aquilo que escrevem.

4.5. Aula 5 – Instituições de defesa da natureza

Esta aula orienta-se para a exploração de algumas instituições de defesa da natureza e é a última aula elaborada para a Unidade Letiva que se propõe.

Com recurso à aplicação “YouTube” apresentam-se aos alunos a Sociedade Ponto Verde, a Quercus e a Greenpeace. Identificando, através do diálogo, quais as suas características específicas e os seus objetivos, respetivamente.

Por último, realiza-se a apresentação dos trabalhos realizados pelos alunos, em grupo ou individualmente, proposto na primeira aula, são fantasias ou máscaras que poderão utilizar no dia de Carnaval.

De seguida, apresentam-se as grelhas, com a respetiva planificação de cada uma das aulas e de forma a completar a descrições das aulas, em anexo, encontram-se alguns dos documentos de apoio à lecionação das aulas.

Apesar da pertinência e interesse de alguns recursos preparados para a proposta de lecionação da unidade letiva que se apresenta, estes não estão presentes na secção de anexos desde Relatório. Podem ser consultados no Dossiê de Estágio.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA

Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Planificação de Aula

Unidade Letiva: Ecologia e Valores (UL4)

Aula n.º 1 / 5

Ano: 8º | Turma: 1

Data: 9 de janeiro de 2019

Tempo previsto: 50 minutos

Subdomínios	Objetivos / Descritores	Aprendizagens Essenciais	Ações / Estratégias de ensino orientadas para o perfil do aluno	Descritores do perfil do aluno	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Terra Diversidade Ecosistema Casa Ecologia	<p>1 – Reconhecer na dignidade humana a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus.</p> <p>O mundo é a nossa casa;</p> <p>A ecologia como reflexão acerca da casa de todos os seres humanos, dádiva de Deus.</p> <p>Tudo na natureza está interligado: a relação dos seres vivos entre si e a relação do ser humano com os outros seres vivos;</p>	<p>Discutir o conceito de Ecologia como ponto de partida para um mundo habitável e sustentável.</p>	<p>Apresentação</p> <p>Acolhimento dos alunos e verificação das presenças e não presenças.</p> <p>Apresentação dos objetivos na lecionação da UL: "Ecologia e Valores"</p> <p>Proposta de uma tarefa que servirá de avaliação à UL: realizarem uma máscara ou fantasia para o Carnaval com reutilização de embalagens.</p> <p>Realização de uma introdução à UL.</p> <p>Incentivar os alunos, através de imagens, a compreender que vivemos numa "casa" colorida.</p>	<p>Questionador</p> <p>Participativo/Colaborador</p> <p>Comunicador</p>	<p>Projetor</p> <p>Computador</p> <p>Ficheiro de apoio à lecionação.</p> <p>Quadro e marcadores.</p>	<p>5 min</p> <p>5 min</p> <p>2 min</p> <p>8 min</p> <p>5 min</p> <p>2 min</p>	<p>Observação direta</p> <p>Participação organizada</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Respeito pelo grupo</p> <p>Interesse e motivação</p> <p>Atenção e compreensão</p>



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA

Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agrupamento de Escolas
Dr. Francisco Sanches
Ano letivo 2018/2019

Planificação de Aula

Unidade Letiva: Ecologia e Valores (UL4)

Aula n.º 2 / 5

Ano: 8º | Turma: 1

Data: 16 de janeiro de 2019

Tempo previsto: 50 minutos

Subdomínios	Objetivos / Descritores	Aprendizagens Essenciais	Ações / Estratégias de ensino orientadas para o perfil do aluno	Descritores do perfil do aluno	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Ação humana sobre natureza. Papa Francisco e a carta Encíclica <i>Laudato Si'</i>	2 – Interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza. A destruição do ambiente vital onde todos habitamos. Razões que conduzem ao comportamento destrutivo.	Questionar razões e situações eu conduzem a comportamentos destrutivos para com a natureza.	Acolhimento dos alunos. Entrega das fichas realizadas na aula anterior. Perguntar a constituição dos grupos de trabalho. Questionar e refletir sobre as notícias trazidas. Refletir sobre as razões e situações que conduzem a comportamentos destrutivos com a natureza. Observação, reflexão de uma animação sobre a <i>Laudato Si'</i> .	Participativo/Colaborador Questionador Comunicador Responsável/Autónomo Participativo/Colaborador Cuidador de si e do outro Participativo/Colaborador Comunicador	Projektor Computador Ficheiro de apoio à lecionação Quadro e marcadores. Ficha de Trabalho Lápis e Borracha. Caderno Diário.	5 min 10 min 12 min 20 min 3 min	Observação direta Participação organizada Cumprimento das tarefas propostas Respeito pelo grupo Interesse e motivação Atenção e compreensão
Síntese da aula: Ação humana sobre a natureza. Análise e reflexão da Carta Encíclica <i>Laudato Si'</i> do Papa Francisco sobre a crise ecológica.							



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA

Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Agrupamento de Escolas
Dr. Francisco Sanches
Ano letivo 2018/2019

Planificação de Aula

Unidade Letiva: Ecologia e Valores (UL4)

Aula n.º 4 / 5

Ano: 8º | Turma: 1

Data: 30 de janeiro de 2019

Tempo previsto: 50 minutos

Subdomínios	Objetivos / Descritores	Aprendizagens Essenciais	Ações / Estratégias de ensino orientadas para o perfil do aluno	Descritores do perfil do aluno	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Papa Francisco e a carta Laudato Si'	3 – Conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local de encontro com Deus. O reconhecimento da natureza como lugar permeado pela presença de Deus. A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo.	Identificar na mensagem e tradição cristã a natureza como dádiva de Deus para a felicidade do ser humano.	Acolhimento dos alunos. Síntese da aula anterior. Realização do Jogo da Memória: "Ecologia e Valores", em grupos.	Participativo/Colaborador Responsável/Autónomo Participativo/Colaborador Cuidador de si e do outro Comunicador	Projektor Computador Ficheiro de apoio à lecionação Quadro e marcadores Folhas brancas Cartões com 30 palavras.	5 min 40 min	Observação direta Participação organizada Cumprimento das tarefas propostas Respeito pelo grupo Interesse e motivação Atenção e compreensão
São Francisco de Assis	4 – Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza. O exemplo de S. Francisco de Assis e a irmã Natureza.		Desafiar os alunos a propor um sumário/síntese da aula lecionada.	Participativo/Colaborador Comunicador	Caderno Diário Lápis e Borracha	5 min	

Síntese da aula: Jogo da Memória: "Ecologia e Valores". Revisão de conteúdos.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA

Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



Planificação de Aula

Unidade Letiva: Ecologia e Valores (UL4)

Aula n.º 5/ 5

Ano: 8º | Turma: 1

Data: 6 de fevereiro de 2019

Tempo previsto: 50 minutos

Subdomínios	Objetivos / Descritores	Aprendizagens Essenciais	Ações / Estratégias de ensino orientadas para o perfil do aluno	Descritores do perfil do aluno	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Empenho Pessoal	3 – Conhecer a perspectiva religiosa sobre a natureza como local de encontro com Deus. Instituições de defesa da natureza: objetivos e atuações	Caracterizar algumas instituições de defesa da natureza.	Acolhimento. Apresentação de algumas instituições de defesa da natureza.	Participativo/Colaborador	Projektor Computador	10 min	Observação direta Participação organizada
Instituições de defesa da natureza	4 – Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza. Como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo.	Participar em iniciativas que promovam a proteção do mundo como casa comum.	Continuação do Jogo da Memória: "Ecologia e Valores", em grupos. Apresentação e avaliação do trabalho final realizado pelos alunos, em grupo ou individualmente.	Responsável/Autónomo Participativo/Colaborador Cuidador de si e do outro Comunicador	Quadro e marcadores Folhas brancas Cartões com 29 palavras. Caderno Diário Lápis e Borracha	15 min 20 min 5 min	Cumprimento das tarefas propostas Respeito pelo grupo Interesse e motivação Atenção e compreensão

Síntese da aula: Apresentação de algumas instituições de defesa da natureza. Continuação da realização do jogo da memória. Apresentação do trabalho de grupo ou individual e avaliação da Unidade Letiva.

5. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada

De uma forma geral considera-se que os principais objetivos foram alcançados. O tema da Ecologia, pela sua pertinência e urgência, é um tema que não pode ser ignorado.

O recurso a diferentes metodologias de ensino, trabalhos de grupo, resolução de fichas de trabalho, interpretação de textos e animações, foram opções com boas respostas por parte dos alunos. Observa-se que os alunos se envolveram nas atividades propostas ao longo de toda a leção e estiveram motivados. No entanto, na aula três sobre São Francisco de Assis que teve uma metodologia mais expositiva, a turma tornou-se um pouco mais faladora.

A relação entre a professora estagiária e os alunos foi positiva e motivou a que os alunos se empenhassem na assimilação de novos conhecimentos e aprendizagens significativas.

A turma, no geral, é muito participativa e isso foi um ponto facilitador para que a Prática de Ensino Supervisionada fosse enriquecedora.

Dois aspetos a melhorar são: a gestão do tempo, visto que a planificação elaborada por vezes não vai de encontro ao tempo disponível para a leção; e o aprofundamento de alguns temas, como por exemplo a exploração mais minuciosa da Carta Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco.

Quanto às metas e objetivos previamente delineados considera-se que foram alcançados. De uma forma geral, as aulas planificadas foram boas e proporcionaram aos discentes aquisição de novo conhecimento.

CONCLUSÃO

Da pesquisa para a elaboração do primeiro capítulo, deste relatório, pode-se concluir que ela foi decisiva para o desenvolvimento dos restantes capítulos. Pela análise dos pontos convergentes e divergentes entre as disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica e Educação para a Cidadania conseguiu-se prosseguir, com maior facilidade, o estudo comparativo entre a unidade letiva *Ecologia e Valores* e o domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*.

Assim, na análise comparativa da unidade letiva *Ecologia e Valores* e do domínio *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* elabora-se uma proposta para a inclusão dos temas do domínio, na lecionação da unidade letiva. Pretende-se que esta parte do relatório sirva de inspiração a futuros docentes de Educação Moral e Religiosa Católica que desejem enriquecer a sua prática pedagógica na lecionação, por exemplo, da unidade letiva *Ecologia e Valores*. De uma forma mais explícita, poderá ser enriquecedor desenvolver um trabalho interdisciplinar, nestas temáticas em concreto, mas também noutras temáticas dos mesmos programas disciplinares.

Em consequência de todo o trabalho de pesquisa e análise realizados, nos dois primeiros capítulos, a Prática de Ensino Supervisionada incidiu sobre a lecionação da unidade letiva *Ecologia e Valores*, do 8.º ano de escolaridade, da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

A planificação e descrição das aulas estão incluídas no terceiro capítulo. Observe-se que na planificação teve-se em consideração as metas curriculares, propostas pelo programa da disciplina, para a unidade letiva. Tentou-se recorrer a metodologias diversificadas a fim de promover o diálogo, favorecer o espírito crítico e a participação ativa dos alunos, de modo a atingir-se os objetivos propostos para cada aula. Considera-se que nada deve estar pré-definido à partida. Os possíveis erros pedagógicos cometidos na lecionação da planificação devem ser corrigidos e melhorados, progressivamente.

A pré planificação das aulas revelou-se sempre uma mais valia para a gestão do processo de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, designadamente na escolha das estratégias para a lecionação dos conteúdos. Contudo, a planificação não deve ser absolutamente rígida, de tal modo que limite a criatividade do professor, bem como a dos alunos e também a espontaneidade de ambos.

Assim, sugere-se uma equilibrada liberdade na apropriação das propostas didáticas, do capítulo três e dos anexos apresentados, para planificação da unidade letiva *Ecologia e Valores*, podendo, inclusivamente, ser adaptadas a outros temas e de outros anos de escolaridade.

Mas...

“Pelo sonho é que vamos,
Comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não frutos,
Pelo Sonho é que vamos.

Basta a fé no que temos.
Basta a esperança naquilo
Que talvez não teremos.

(...)

Chegamos? Não chegamos?
-Partimos. Vamos. Somos”.

Sebastião da Gama, *Pelo sonho é que vamos*

BIBLIOGRAFIA

Bíblia Sagrada. Lisboa/ Fátima: Difusora Bíblica, 2003.

1. Documentos do Magistério da Igreja

João Paulo II, Papa. Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (dado em Roma, no dia 4 de março de 1979). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Consultado a 20 de maio, 2019.

Discurso do Papa João Paulo II ao Povo de Assis reunido na Praça da Basílica de Santa Maria dos Anjos (Vaticano, 12 de março de 1982). Disponível em:

https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/march/documents/hf_jp-ii_spe_19820312_popolo-assisi.html. Consultado a 14 de maio, 2019.

João Paulo II, Papa. Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (dado em Roma, no dia 8 de dezembro de 1987). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Consultado a 20 de maio, 2019.

Mensagem do Papa João Paulo II para o Dia Mundial da Paz: Paz com Deus Criador, Paz com toda a Criação (Vaticano, 1 de janeiro de 1990). Disponível em:

https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html. Consultado a 20 de maio, 2019.

João Paulo II, Papa. Carta Encíclica *Evangelium Vitae* (dado em Roma, no dia 25 de março de 1995). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html. Consultado a 20 de maio, 2019.

Bento XVI, Papa. Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (dado em Roma, no dia 29 de junho de 2009). Disponível em: https://www.caritas.pt/wp-content/uploads/2009/08/ficheiros_nacional_file_caritasinveritates.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

Francisco, Papa. Carta Encíclica *Laudato Si* (dado em Roma, no dia 24 de maio de 2015). http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Consultado a 20 de maio, 2019.

2. Legislação

Assembleia da República “Lei de Bases do Sistema Educativo.” *Diário da República*, n.º 46/86, 1.ª série, n.º 237, de 14 de outubro de 1986, 3067-3098.

Direção-Geral de Educação. “Despacho n.º 6478/2017”, de 26 de julho, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, 2017, 15484-15484.

Direção-Geral de Educação. “Decreto-Lei n.º 55/2018”, de 6 de julho, in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129, 2018, 2928-2943.

Direção-Geral de Educação. “Decreto-Lei n.º 6944-A/2018”, de 19 de julho, in *Diário da República*, 1.º suplemento, 2.ª série, n.º 138, 2018, 19734(2)-19734(2).

Direção-Geral de Educação. “Decreto-Lei n.º 8476-A/2018”, de 31 de agosto, in *Diário da República*, 2.º suplemento, 2.ª série, n.º 168, 2018, 24652(14)-24652(14).

3. Bibliografia Geral

Barros Dias, J.M. de. *Ética e educação*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

Branco, Maria Luísa. *A escola, a comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos*. Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial, 2007.

Cabral, Roque. Ecologia in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, II. Lisboa: Verbo, 1990, 20-22.

Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade.” in *Pastoral Catequética*, n.º 5, ano 2, Maio-Agosto, Lisboa: SNEC, 2006.

Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral Sobre a Educação, direito e dever, missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 2002.

Conferência Episcopal Portuguesa. *Educação e dever – missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa: Secretariado-geral do Episcopado, 2002.

Delors, Jaques (Coord.). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco para a Comissão internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Rio Tinto: Edições Asa, 1996.

Direção-Geral da Educação, *Educação para a Cidadania - linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação, 2012.

Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania. *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: XXI Governo Constitucional, 2017.

Monteiro, Rosa (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2017.

Norman A. Sprinthall e Richard C. Sprinthall, *Psicologia Educacional. Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Lisboa: Mc Graw-Hill de Portugal Lda, 1990.

Nunes, Tomaz Silva Nunes. “Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica” in *Pastoral Catequética*, n.º 5, ano 2, Maio-Agosto. Lisboa: SNEC, 2006.

Pedroso (coord.), José Vítor. *Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação, 2018.

Pinto, Paulo Mendes. “O ensino da Religião na Escola Laica uma leitura do Relatório Debray” in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano XI, nº16/17, 2012.

Reimão, Cassiano. *Ética e profissões. Desafios da modernidade*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2008.

Sá Carvalho (coord.), Cristina. *Quero Descobrir. Manual do Aluno Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do ensino básico*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.

Savater, Fernando. *Ética para um jovem*. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2012.

Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014.

Silva, Aida Guerra. “A Ecologia na Educação Moral”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2005, 191-200.

Silva, Aida Guerra. “A Ecologia na educação moral”, in *Fórum de EMRC*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2005.

Varanda, Isabel. “A Ecologia como chave hermenêutica da criação e da evolução.” *THEOLOGICA* 45, 2.ª série, 2 (2010): 453-464.

4. Sitigrafia

“A Educação Moral e Religiosa Católica: um contributo para a formação da personalidade.” Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/documentos/educacaomoral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>. Consultado em 27 de abril de 2018.

“Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico, da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, 8ºano, 3.º ciclo.” Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>. Consultado a 2 maio, 2019.

“Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico.” Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>. Consultado a 2 maio, 2019.

“Aprendizagens Essenciais de EMRC.” Disponível em: <http://www.educris.com/v2/352-aprendizagens-essenciais>. Consultado a 2 de maio, 2019.

“Council of Europe (2016). Competences for Democratic Culture. Living together as equals in culturally diverse democratic societies.” Disponível em:

http://www.coe.int/t/dg4/education/Source/competences/CDC_en.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Council of Europe Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education. Recommendation CM/ Rec(2010)7.” Disponível em:

<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016803034e3>. Versão reduzida em português disponível em:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidania/Docs_referencia/edc_charter2_pt.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Declaration on Promoting Citizenship and the Common Values of Freedom, Tolerance and Non-Discrimination through Education. Informal Meeting of European Union Education Ministers, Paris, 17 March 2015.” Disponível em: http://ec.europa.eu/education/news/2015/documents/citizenship-education-declaration_en.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Equipa nacional de apoio à EMRC - objetivos.” Disponível em:

<http://www.educris.com/v2/91-equipanacionaldeapoioaemrc/846-objetivos>. Consultado a 8 de maio, 2019.

“Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015.” Disponível em:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/estrategia_nacional_educacao_desenvolvimento.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020.” Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2. Consultado a 20 de maio, 2019.

“III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017.”

Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/III_PL_PREV_TRAF_HUM_2014_017.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Plano Estratégico da Segurança Rodoviária, 2016-2020.” Disponível em:
<http://www.lexpoint.pt/Fileget.aspx?FileId=21675>. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020.” Disponível em:
http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Plano nacional de Formação Financeira, 2016-2010.” Disponível em:
https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/taxonomy_file/pnff16-20.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“Protocolo de Quioto.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Quioto. Consultado a 14 de maio, 2019.

“Ser professor de EMRC.” Disponível em: <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>. Consultado a 8 de maio, 2019.

“V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017.” Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_PREV_COMBATE.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

“V Plano Nacional para a igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017.” Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, *Projeto Educativo de 2018-2022*. Disponível em: http://www.aefranciscosanches.pt/Prejeto_Educativo_2019.pdf. Consultado a 20 de maio, 2019.

Competências essenciais de EMRC – ensino básico.” Disponível em:
<http://www.educris.com/v2/96-ensino-basico/866-competencias-essenciais-de-emrc>. Consultado a 8 de maio, 2019.

Organização das Nações Unidas (2015). “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolução A/ RES/70/1.” adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível em:
http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Consultado a 20 de maio, 2019.

UNESCO (2014). “Global citizenship education: Preparing learners for the challenges of the 21st century.” Disponível em; <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227729E.pdf>. Consultado a 20 de maio, 2019.

ANEXOS

Documento 1 – Ficheiro de apoio à leção da aula 1

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches

Ano letivo 2018/2019

EMRC



_____#Aula1_____#8º1_____

Apresentação:

Estagiária: Rosa Castanho

Aluna: Do 2ºano do Mestrado de Ciências Religiosas – Especialização em EMRC da Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia – Braga

Objetivos a alcançar durante a leção da UL:

1. Reconhecer na dignidade humana a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus.
2. Interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza.
3. Conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local de encontro com Deus.
4. Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza.

Avaliação da UL Ecologia e Valores:

Apresentação (*no dia 6 de fevereiro?*) de:

- uma máscara facial,
ou
- uma fantasia,

em que mais de 80% da peça seja realizada com embalagens (ex: iogurtes, cápsulas de café, palhinhas, detergente líquido, sacos de plástico, tampinhas, garrafas de água, garrações, etc.)

Objetivo: Realizarem uma peça alusiva ao Carnaval.

Unidade Letiva - Ecologia e Valores

1. Introdução

O planeta onde vivemos é um pequeníssimo ponto, no enorme cosmos, onde, segundo parece, é o ÚNICO local habitável.

O ser humano habita o planeta Terra. Contudo, não são apenas as pessoas que habitam no planeta...

Que outros seres fazem parte do planeta Terra e existem lado a lado com a humanidade?

TODOS, os exemplos, estão interligados e dependem uns dos outros.

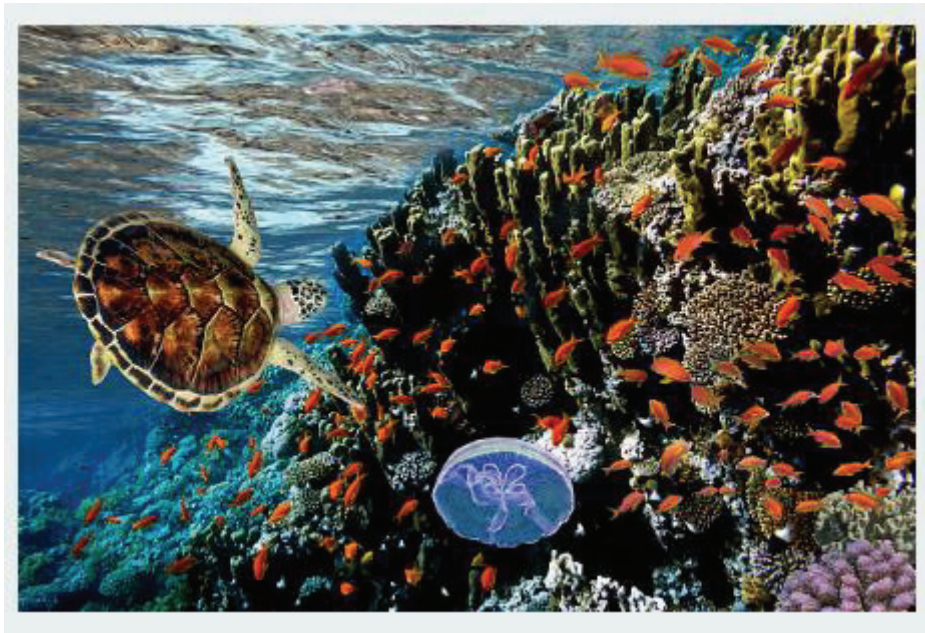
Exemplo: Não poderíamos sobreviver com ar envenenado e água contaminada, ou sem animais ou plantas.

É no meio desta magnífica diversidade ambiental que formamos uma comunidade, uma grande família, que vive e a habita.

O bem-estar de toda a humanidade e da **biodiversidade** dependem, e muito de um ambiente saudável.

Ao conjunto de todos os organismos que coexistem num espaço geográfico delimitado, bem como as relações e interações entre si e o seu ambiente chama-se: **Ecossistema**.

2. Vivemos numa “casa” colorida





Fonte: Imagens retiradas de www.istockphoto.com/br/fotos/biodiversidade

A beleza e diversidade naturais da Terra surpreendem e prendem muitos olhares, cativam muitos ouvidos e desafiam pincéis e esferográficas a registrar momentos únicos.

A natureza ensinou o ser humano a reconhecer, a admirar e a respeitar a beleza da vida na sua diversidade. Como resposta nascem artistas capazes de comunicar a natureza na sua pureza e simplicidade, seja pela música, literatura, pintura, fotografia, etc.

Mas será que é sempre assim?

Tarefa (para a semana): *Encontrar notícias, para apresentar na próxima aula, com exemplos de situações onde o ser humano não respeitou a biodiversidade.*

3. O que significa Ecologia?

Atividade: Com as letras SOIOK escritas nos cartões tenta formar o máximo de palavras possíveis.

Alguma faz sentido? Consegues pronunciar alguma? O que será que significa?

Ecologia: o termo - *do grego OIKOS, habitação (ecologia seria a ciência da habitação dos homens, a Terra) – foi criado por Haeckel (1866) para designar a ciência da natureza que (...) estuda as interações dos vivos entre si e especialmente deles com o ambiente em que vivem. Atualmente, o termo é sobretudo usado em sentido antropológico, designando o estudo interdisciplinar das interações entre as populações humanas e seus respectivos ambientes, (...). Ecologia estuda: ambientes, populações humanas, tecnologia e organização social.* (In: Enciclopédia Luso-Brasileira, Logos, Verbo, volume2, 20-22)

Atividade: Preenche os espaços do crucigrama de acordo com as pistas.

Sumário: Quem ajuda a construir? Aceitam-se sugestões!



Ação humana sobre a natureza

Jornal de Angola: “Região leste de África ameaçada pela fome” (15 de julho, 2017)



“O leste de África está em alerta devido à escassez de chuvas, uma situação que se repete pelo terceiro ano consecutivo e que motivou o aumento da insegurança alimentar na região, informou ontem a Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)”.

Expresso: “Situação de seca atinge 20% do território” (10 de abril, 2017)



“Em março foi registada uma diminuição da área de seca, tendo terminado esta situação em grande parte das regiões do Centro e do Sul (...)”

Notícias ao Minuto: “Como chegámos até aqui? A cronologia da guerra na Síria” (16 de abril, 2018)



“A guerra na Síria entrou no seu oitavo ano no passado mês de março. Nesta cronologia são referidas precisamente oito datas que marcaram este conflito, que evoluiu de uma guerra civil para um confronto entre potências”.

O planeta Terra – que tem sido generoso, calmo e benigno ao longo do percurso histórico da humanidade, proporcionando-lhe um habitat com excelentes condições naturais para o seu desenvolvimento – tem vindo a dar sinais preocupantes de mudança. Trata-se de alterações que não acontecem apenas, devido a fatores naturais, mas também devido à ação humana no meio ambiente.

Sintomas graves: Poluição, desertificação, esgotamento dos recursos naturais, “buraco” na camada de ozono, chuvas ácidas, extinção de habitats e de espécies, aquecimento global, etc.

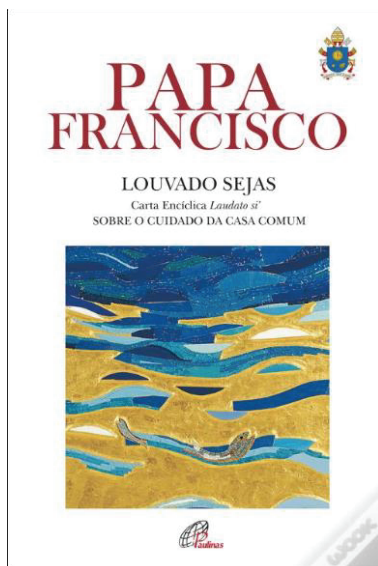
Quais as razões destes comportamentos destrutivos?

Se por um lado, o ser humano é vítima da degradação ambiental, por outro é também o seu maior causador!

Não conseguimos enumerar todas as razões para tais comportamentos. Mas podemos apontar algumas razões que sustentam muitas atitudes adversas ao bem-estar ecológico e ambiental:

- O **egoísmo**, enquanto sobre posição da satisfação pessoal ao bem-estar coletivo;
- O **desenvolvimento direcionado para o lucro** e não para o bem comum;
- A vontade de **obter condições de bem-estar no imediato** e sem prevenir as consequências negativas a médio ou longo prazo;
- A **subordinação da política** à economia e ao lucro;

O mais recente contributo do Magistério da Igreja “Sobre o Cuidado da Casa Comum”



O Papa Francisco escreveu uma carta encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum, dirigida não só aos cristãos, mas «a cada pessoa que habita neste planeta» e invoca à «solidariedade universal» para «unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral».

Laudato Si'?

«*Laudato Si' mi' Signore – Louvado sejas, meu Senhor*», cantava São Francisco de Assis. Neste grandioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar, ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços (...).

Vamos ver uma animação:

- <https://www.youtube.com/watch?v=sYOEowU11>

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
Ano letivo 2018/2019

EMRC

#Aula2 _____ #8º1 _____

Nome: _____ nº: _____

A Carta do Papa Francisco

“Laudato Si”- Cuidar da Nossa Casa Comum

1. Após a visualização da animação sobre a “Laudato Si”- Cuidar da Nossa Casa Comum, tenta preencher os espaços com as palavras que te parecem mais adequadas, de acordo com a seguinte chave de palavras.

Chave de Palavras: industrializamos, bonitas, limites, amachucada, ferida, água, pobres, família, comprar, natureza, maravilhosas, poluição, protegermos, climáticas, solo, lixo vizinhos, ar.

i) O Papa Francisco escreveu uma carta para cada pessoa no planeta pedindo para nós _____ a Terra, a nossa casa comum.

ii) Na carta disse-nos: “A Terra foi Deus que no deu, é cheia de coisas _____ e _____ e pertence a todos nós”, mas o que vemos hoje é uma casa comum _____ e _____.

iii) Nós _____ mais rápido do que pensávamos e tratamos a Terra como se não tivesse _____.

iv) Nós cortámos árvores da floresta, poluímos a _____ da Terra, o _____ e o _____.

v) A Terra está a parecer-se mais com um depósito de _____.

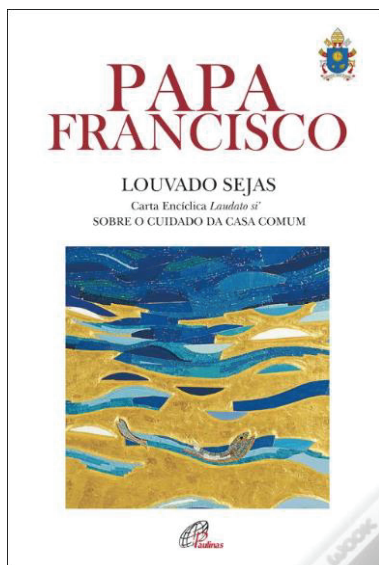
vi) As alterações _____ afetam-nos a todos, mas são as comunidades mais _____ que sofrem mais. E mesmo assim, nós não parámos de _____ coisas e a deitá-las fora, deixando um rasto de destruição e poluição.

vii) Mas nós podemos mudar e fazer um novo começo. Toda a _____ humana precisa de trabalhar junta para cuidar do nosso planeta Terra, de modo a partilharmos beleza e não _____ e destruição.

viii) Assim, vamo-nos espalhar e amar os nossos _____, vivendo juntos em harmonia e preocupando-nos com a _____.

2. O Papa Francisco diz-nos que conseguimos ajudar a Terra com pequenos gestos. Consegues lembrar-te de algum?

3. Qual é o conselho final do Papa Francisco?



O Papa Francisco escreveu uma carta encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum, dirigida não só aos cristãos, mas «a cada pessoa que habita neste planeta» e invoca à «solidariedade universal» para «unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral».

Laudato Si'?

«*Laudato Si' mi' Signore – Louvado sejas, meu Senhor*», cantava São Francisco de Assis. Neste grandioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar, ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços (...).

Animação da aula anterior:

- <https://www.youtube.com/watch?v=sYOEowU11>

Na encíclica Laudato Si' há três números que definem os objetivos nela propostos pelo Papa Francisco:

Nº 3: “Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em DIÁLOGO com todos acerca da nossa casa comum” [e mais] Nº 14: “Lanço um convite urgente a renovar o DIÁLOGO sobre a maneira como estamos a construir o futuro do Planeta”.

Nº 62: “(...) a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num DIÁLOGO intenso e frutuoso para ambas”.

Nº 201: “(...) levar as religiões a estabelecerem DIÁLOGO entre si, visando primeiro o cuidado da natureza, segundo a defesa dos pobres, terceiro a construção duma trama de respeito e de fraternidade. De igual modo, é indispensável um DIÁLOGO entre as próprias ciências, porque cada uma costuma fechar-se nos limites da sua própria linguagem, e a especialização tende a converter-se em isolamento e absolutização do próprio saber. Isto impede de enfrentar adequadamente os problemas do meio ambiente. Torna-se necessário também um DIÁLOGO aberto e respeitador dos diferentes movimentos ecologistas, entre os quais não faltam as lutas ideológicas. A gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do DIÁLOGO que requer paciência (...)”.

⇒ Como já observamos, o título da encíclica, baseia-se no “Cântico das Criaturas”, ou “Cântico do Irmão Sol”, de **S. Francisco de Assis**.



Francisco de Assis – verdadeira imagem do Santo, pintada por Cimabue

⇒ São Francisco de Assis (Assis, 1182-Porciúncula, Assis, 3.10.1226)



- Batizado com o nome de João, mas seu pai Pedro Bernardão, chamou-lhe Francisco. A sua juventude foi marcada com muitas festas, cavalgadas, serenatas e cortes de amor.
- Depois da guerra, entre Assis e Perusa, através da meditação, nos largos passeios pelo campo, começou a interessar-se pela pessoa de Jesus que, um dia, ajoelhado diante da sua imagem na capela de S. Damião, ouvi-O a dizer-lhe que **reparasse a Sua igreja em ruínas**.
- Reconstruiu, as capelas de S. Damião e da Senhora dos Anjos da Porciúncula.
- Em 1208, compreende o verdadeiro sentido da mensagem recebida: restaurar a igreja como instituição, uma vez que ela havia se desviado dos ensinamentos de Cristo e vivia cercada de riqueza.
- Faz votos de pobreza e começa a pregar sua doutrina.
- Os seus sermões eram muito frequentados, a sua fama foi-se espalhando e aos poucos já tinha seguidores, dispostos a formar uma nova ordem religiosa.
- Em 1208, pede autorização ao papa para fundar uma irmandade mendicante.
- Em 1219 estava fundada a “Ordem dos Irmãos Mendigos de Assis”, que se instalou em cabanas no alto dos montes e no interior das cavernas, renunciando qualquer forma de propriedade.

- Em 1224, decepcionado e doente, Francisco de Assis é obrigado a moderar suas atividades. Nesse mesmo ano renuncia a direção efetiva da irmandade que criara, e em companhia dos discípulos parte em direção à floresta, para viver em contato com a natureza.
- Conta-se que na floresta, em sua presença, os peixes saltavam da água e os pássaros pousavam em seus ombros.
- São Francisco de Assis faleceu assistido pelos discípulos, em Assis, Itália, no dia 3 de outubro de 1226.
- Dois anos depois de sua morte, é canonizado pelo papa Gregório IX.

Grandioso cântico de São Francisco de Assis:

*«Louvado sejas, ó meu Senhor,
Com todas as tuas criaturas,
Especialmente o meu senhor irmão Sol,
o qual faz o dia e por ele nos alumias.
e ele é belo e radiante com grande esplendor:
de ti, Altíssimo, nos dá ele a imagem.
Louvado sejas, ó meu Senhor,
pela irmã Lua e pelas Estrelas,
no céu as ascendeste claras, preciosas e belas.
Louvado sejas, ó meu Senhor, pelo irmão Vento
e pelo Ar, e Nuvens, e Sereno, e todo o tempo,
por quem dás às tuas criaturas o sustento.
Louvado sejas, ó meu Senhor, pela irmã Água,
que é tão útil e humilde, e preciosa e casta.
Louvado sejas, ó meu Senhor, pelo irmão Fogo,
pelo qual iluminas a noite:
e ele é belo e jucundo, e robusto e forte».*

Cântico delle creature: Fonti Francescane, p.263[tradução em
www.capuchinhos.org/franciscanismo/franciscanismo-escritos/635-cantico-das-criaturas]

- São doze estrofes, irregulares, em verso livre, todas iniciadas com a invocação: «Laudato sí', mi' Signore» (Louvado sejas, meu Senhor) – daí o nome da encíclica, Laudato sí'.
- Tem 33 versos, que é um número múltiplo de 3 que simboliza a Trindade divina, segundo a numerologia da Idade Média. Evoca os 4 elementos fundamentais da natureza, afirma o caráter divino da criação e opõe-se à mentalidade mercantil que apenas via na natureza fins económicos.

- No seu “Cântico das Criaturas”, São Francisco faz uma bela e boa síntese da “ecologia integral” de que fala o capítulo IV da encíclica (Uma Ecologia Integral).
- A FRATERNIDADE, em que todas as criaturas são irmãs é um apelo e uma exigência da encíclica, que propõe o respeito (embora diferenciado) por cada ser da criação e por toda a natureza como nossa casa comum.
- O ARREPENDIMENTO e o PERDÃO, indispensáveis na relação normal entre os seres humanos, o Papa Francisco, diz-nos nº 218: “Recordemos o modelo de São Francisco de Assis, para propor uma sã relação com a criação como dimensão da conversão integral da pessoa. Isto exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências, e arrepende-se de coração, mudar a partir de dentro”.
- No “Cântico das Criaturas” temos os pressupostos e valores em que se apoia e desenvolve uma ecologia integral à luz de São Francisco de Assis:
 - a fé no mesmo Deus criador;
 - o respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana;
 - o respeito e o cuidado pelo universo criado.



- No seu “Cântico das Criaturas”, São Francisco faz uma bela e boa síntese da “ecologia integral” de que fala o capítulo IV da encíclica (Uma Ecologia Integral).
- A FRATERNIDADE, em que todas as criaturas são irmãs é um apelo e uma exigência da encíclica, que propõe o respeito (embora diferenciado) por cada ser da criação e por toda a natureza como nossa casa comum.
- O ARREPENDIMENTO e o PERDÃO, indispensáveis na relação normal entre os seres humanos, o Papa Francisco, diz-nos nº 218: “Recordemos o modelo de São Francisco de Assis, para propor uma sã relação com a criação como dimensão da conversão integral da pessoa. Isto exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências, e arrepende-se de coração, mudar a partir de dentro”.
- No “Cântico das Criaturas” temos os pressupostos e valores em que se apoia e desenvolve uma ecologia integral à luz de São Francisco de Assis:
 - a fé no mesmo Deus criador;
 - o respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana;
 - o respeito e o cuidado pelo universo criado.

E agora vamos jogar ao

Jogo de Memória: Ecologia e Valores

- Fazer equipas de 2 elementos;
- Jogar uma equipa contra outra;
- Embaralhar os cartões e colocá-los virados para baixo, em cima da mesa;
- Uma equipa de cada vez, tenta identificar dois cartões que tem palavras iguais, caso não aconteça colocar no mesmo local e virados outra vez para baixo os cartões.
- Se identificarem dois cartões com a mesma palavra, devem construir uma pequena frase na qual seja incluída a palavra descoberta.
- Ganha a equipa que identificar mais cartões iguais e realizar frases com as palavras descobertas.
- Nota: As equipas devem registar as frases elaboradas durante a realização do jogo, na folha facultada.

Gerações Futuras	Deus	Responsabilidade	Ecologia
Ação Humana	Criaturas	Ecologia Integral	São Francisco de Assis
Oikos	Biodiversidade	Cântico das Criaturas	Laudato Si'
Água	Proteger	Casa Comum	Papa Francisco
Ar	Terra	Alterações Climáticas	Ecossistemas
Fogo	Preservar	Natureza	Fraternidade

Desertificação
Esgotamento
Aquecimento Global
Poluição
Arrependimento